



**Demonstração Financeira Anual em
em 31 de dezembro de 2025
e relatório do auditor independente**



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Ao Conselho de Administração e Acionistas da BIOMM S.A.

Nova Lima – Minas Gerais

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Biomm S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da BIOMM S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários

30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil

Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil

Telefone +55 (31) 2128-5700

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Ao Conselho de Administração e Acionistas da BIOMM S.A.

Nova Lima – Minas Gerais

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Biommm S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da BIOMM S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com

essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de Receita – Período de Corte (Cut-off)

Veja a Notas 3 (o) e 24 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
A principal fonte de receita da Companhia advém da comercialização de medicamentos biotecnológicos. Diante do aumento das receitas e do volume de transações ao longo do exercício, a aplicação da política de reconhecimento de receita, especialmente em relação à determinação do período correto de registro, foi considerada um assunto relevante na auditoria. O reconhecimento da receita ocorre com a transferência dos riscos e benefícios ao cliente, considerando entrega, aceite e devoluções. Conforme políticas da Companhia, são analisadas notas fiscais, comprovantes de entrega, termos de aceite, devoluções e demais evidências que demonstrem o cumprimento da obrigação. Adicionalmente, a política de vendas está sujeita a regras específicas de precificação estabelecidas pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED). Assim, há possibilidade de reconhecimento antecipado ou postergação de receitas entre exercícios, notadamente em transações ocorridas no quarto trimestre, o que pode impactar diretamente o resultado do exercício.	Nossos procedimentos incluíram, mas não se limitaram a: - Avaliação do desenho e implementação dos controles internos relacionados ao reconhecimento da receita e aos procedimentos de fechamento contábil; - Procedimentos específicos sobre transações registradas nos períodos imediatamente anterior e posterior à data-base, por meio da seleção de transações do período corrente e no exercício subsequente; - Confronto das notas fiscais correspondentes as transações selecionadas com os respectivos comprovantes de entrega, protocolos de recebimento, termos de aceite e demais documentos que evidenciem o cumprimento das obrigações; - Análise da correta competência na apropriação contábil das receitas; - Análise de eventos subsequentes à data-base, que pudessem indicar eventual reconhecimento indevido de receitas do exercício; - Avaliação das divulgações realizadas nas notas explicativas relacionadas às políticas contábeis de reconhecimento de receita. Com base nos procedimentos realizados, consideramos que o reconhecimento da receita no período findo em 31 de dezembro de 2025 está adequado, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações, individual e consolidada, do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS Accounting Standards, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por

fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 25 de março de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-MG


Poliana Silveira Rodrigues
Contadora CRC MG-070240/O-3

Parecer do Comitê de Auditoria da BIOMM S.A.

1. Disposições Institucionais e Regimentais:

O Comitê de Auditoria da BIOMM S.A. é um órgão consultivo que atua no assessoramento do Conselho de Administração. Constituído em reunião do Conselho realizada em 16 de março de 2016, o Comitê é composto atualmente pelo seu Presidente, o Sr. Paulo Knorich Zuffo e seus demais membros, Sr. Geraldo Bernardes Franco de Moura, Sr. Bruno Bottrel e o Sr. Henrique Sarto.

2. Competência:

O Comitê de Auditoria da BIOMM S.A. tem como suas principais atribuições: (i) Monitorar a qualidade e a integridade das informações trimestrais, das demonstrações financeiras intermediárias e das demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, efetuando as recomendações que entender necessárias ao Conselho de Administração; (ii) Acompanhar as práticas contábeis adotadas pela Companhia na elaboração de suas demonstrações financeiras; (iii) Supervisionar as atividades dos auditores independentes, a fim de avaliar: a sua independência, a qualidade e a adequação dos serviços prestados às necessidades da Companhia; (iv) Supervisionar as atividades da auditoria interna da Companhia e de suas controladas, monitorando a efetividade e a suficiência da estrutura, bem como a qualidade e a integridade dos processos de auditoria interna, propondo ao Conselho de Administração as ações que forem necessárias para aperfeiçoá-las; (v) Opinar sobre matérias que lhe sejam submetidas pelo Conselho de Administração, bem como aquelas que considerar relevantes; e (vi) Outras atribuições que venham a ser designadas pelo Conselho de Administração.

À empresa de auditoria externa, cabe assegurar que as demonstrações financeiras anuais da BIOMM S.A. do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram elaboradas de acordo com as práticas e normas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board-IASB (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

3. Das atividades exercidas no âmbito das atribuições do Comitê de Auditoria, no período:

Esta foi a quarta reunião do comitê para avaliação do trabalho da auditoria externa e análises das informações contábeis anuais para a recomendação da aprovação das Demonstrações Financeiras Anuais (DF's) referente ao período findo em 31.12.2025.

4. Da auditoria independente.

Foi realizada reunião com os auditores externos, KPMG Auditores Independentes, para conhecimento de metodologia, planejamento e resultados dos trabalhos, visando a elaboração das informações contábeis anuais para o período findo em dezembro de 2025.

Foi informado que os exames das demonstrações financeiras anuais (DF's) de 2025 foi preparada de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiros (IFRS), conduzida de acordo

com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e que não houve desacordos com a Administração durante os trabalhos de auditoria.

Por fim, os auditores informaram que não foram identificados ajustes que impactassem as demonstrações financeiras anuais, e que os controles de monitoramento não identificaram fraudes. A auditoria confirmou a independência na prestação de serviços de revisão das demonstrações financeiras anuais (DF'S) da BIOMM S.A.

5. Das demonstrações contábeis

A Controladoria da Companhia apresentou ao Comitê de Auditoria o resumo dos números contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, destacando as principais variações nas contas do balanço patrimonial e na demonstração do resultado no exercício.

O Comitê apreciou as demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2025, examinando as notas explicativas, relatório da Administração e o relatório dos auditores independentes. Verificou que as práticas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras estão alinhadas com as normas contábeis brasileiras e com as normas internacionais (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, retratando adequadamente a situação patrimonial da Companhia.

6. Conclusão

O Comitê de Auditoria não recebeu, até o fechamento deste relatório, registro de qualquer descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração da BIOMM S.A. que indicasse a existência de falhas ou erros que colocassem em risco a continuidade da Empresa ou a fidedignidade das informações contábeis. Com base nas considerações acima, o Comitê de Auditoria, ponderadas devidamente suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das demonstrações financeiras anuais (DF's) Individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2025.

Belo Horizonte, 18 de março de 2025.

Membros:

Bruno Bottrel

Paulo Knorich Zuffo

Geraldo Bernardes Franco de Moura

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 27 DA INSTRUÇÃO CVM nº 80/22

Declaramos, na qualidade de diretores da Biomm S.A., sociedade por ações com sede na cidade Nova Lima, Estado de Minas Gerais, na Avenida Regent, nº 705, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.752.991/0001-10 (“Companhia”), nos termos do inciso V do parágrafo 1º do artigo 27 da Instrução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório de revisão da KPMG Auditores Independentes, auditores independentes da Companhia, referentes às informações financeiras da Companhia para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Nova Lima, 25 de março de 2026.

Guilherme Maradei
Diretor Presidente

Marcelo Sáfadi Alvares
Diretor Financeiro & de Relações com investidores

Francisco Carlos Marques Freitas
Diretor de Tecnologia

Francisco Rafael Costa Junior
Diretor Comercial

Luciano da Silva Machado
Diretor Operações

Relatório da Administração

De acordo com as disposições legais e do Estatuto Social, a Administração da Biomm S.A. (“Companhia” ou “Biomm”) submete à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, individuais e consolidadas, que foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS **como “normas contábeis IFRS”**) e as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07, Lei nº 11.941/09 e Lei 15.177/25, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), acompanhadas do relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

Mensagem da Administração

O exercício de 2025 marcou a consolidação da Biomm S.A. em uma nova fase operacional, com uma reversão estrutural de resultados após anos em fase pré-operacional. A materialização da visão estratégica de longo prazo refletiu-se em resultados consistentes, que culminaram no primeiro **EBITDA positivo** da história da Companhia e demonstram disciplina financeira e maturidade comercial. Este desempenho reitera a posição de crescente destaque da companhia no setor farmacêutico brasileiro, com crescimento expressivo e ganhos de escala significativos, fortalecendo sua capacidade como fornecedor de medicamentos biotecnológicos para o Brasil.



A companhia demonstra, assim, sua capacidade de gerar valor operacional sustentável, equilibrando investimentos em alta tecnologia com rigorosa disciplina financeira.

A relevância estratégica da Biomm no cenário de saúde brasileiro foi ratificada em 2025, com o início efetivo do fornecimento de biomedicamentos para os mercados público e privado, especialmente atendendo a demanda do Ministério da Saúde através de Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo (PDPs). No período, consolidamos as etapas produtivas e comerciais para o fornecimento de **Wosulin®** e **Glargilin®**, conforme detalhado abaixo:

- **Wosulin® (Insulina Humana)**, em cooperação com a Fundação Ezequiel Dias (Funed) e a Wockhardt;
- **Glargilin® (Insulina Glargina)**, em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz/Bio-Manguinhos) e a Gan & Lee

A Biomm tornou-se uma referência no fornecimento de insulinas de longa duração, e essas parcerias não apenas garantem uma receita previsível e de longo prazo para a companhia, como também contribuem para reduzir a dependência do Brasil de medicamentos importados, promovendo economia e segurança à população brasileira.

Perspectivas e Compromissos

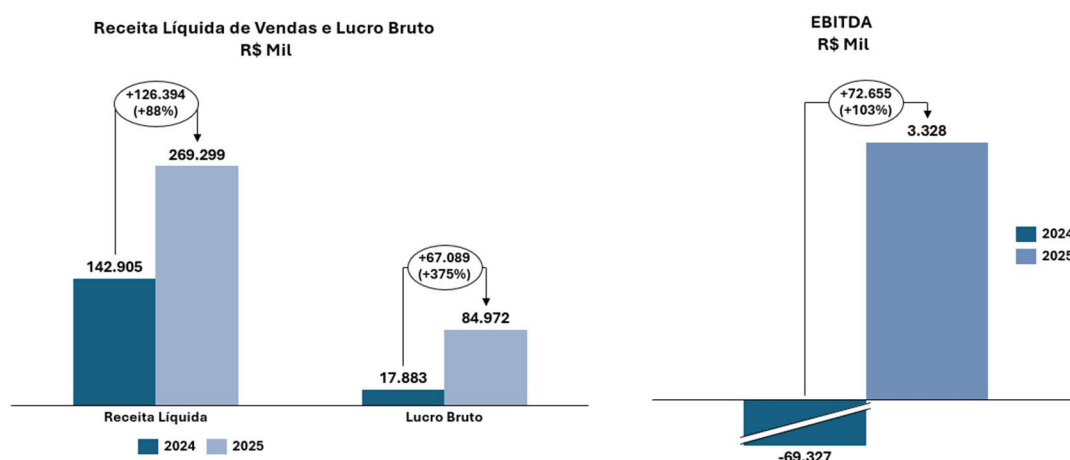
Encerramos este ciclo com uma estrutura robusta: uma unidade fabril de última geração, a conquista do EBITDA positivo e um portfólio estratégico voltado às necessidades terapêuticas crônicas mais críticas do país.

Com a transição de liderança iniciada ao fim de 2025, a Biomm inaugura uma nova fase estratégica sob a gestão de Guilherme Maradei. Para 2026, nosso foco central será a aceleração do crescimento sustentável, alavancando a captura de sinergias operacionais e a alavancagem comercial de produtos cujos registros foram consolidados recentemente. Buscaremos transformar nossa capacidade tecnológica em resultados de mercado ainda mais expressivos, consolidando nossa posição como referência principal em biotecnologia no Brasil.

Reiteramos nosso compromisso com as práticas ESG, assegurando que a democratização do acesso a tratamentos complexos e a excelência produtiva caminhem em total sintonia com o desenvolvimento social e a responsabilidade ambiental.

Agradecemos aos nossos colaboradores pela disciplina na execução e aos nossos acionistas pela confiança nesta nova etapa, fundamental para que a Biomm continue liderando a inovação farmacêutica nacional.

Performance Financeira



Companhia obteve uma receita líquida consolidada no total de R\$269.299 mil (R\$142.905 mil em 2024) o que representa um aumento de 88% quando comparado ao ano de 2024. Esta variação deve-se substancialmente ao aumento de volume de vendas em 2025 quando comparado ao ano de 2024. Em diabetes houve um aumento de volume de vendas apresentando um incremento de volume total de 182%, com um aumento de proporção de vendas do Glargilin® frente a uma redução do Wosulin®, enquanto Ghemaxan® houve redução de 11% de volume



de vendas. Em 2025 a Companhia operou com vendas do Wosulin®, Glargilin®, Ghemaxan® e Bevyx®.

Sobre o mix, é importante destacar que o maior volume de vendas do período de 2025 está relacionado aos produtos de Diabetes Glargilin®, representando 82% do volume total. Este alto volume está alinhado com a estratégia da empresa em fortalecer a presença do produto baseado em sua produção local.

Sobre a geração de receita, é importante destacar que em 2025 o mercado público representou 82% (42% em 2024) do total das vendas impulsionadas pelas PDPs com o Fiocruz/Funed, e o mercado privado com participação de 18% (58% em 2024).

O lucro bruto consolidado da Companhia representou um aumento de 375% entre os anos de 2025 e 2024, atingindo R\$84.972 mil (R\$17.883 mil em 2024). Essa variação está relacionado ao mix de venda, redução da taxa cambial, aumento de produtividade e maior eficiência fabril.

As despesas gerais e administrativas somadas com despesas de vendas e outras despesas consolidadas da Companhia totalizaram R\$90.210 no ano de 2025 (R\$99.094 mil no ano de 2024), o que representa uma redução de 9% em relação ao ano de 2024. Esta redução é explicada essencialmente em virtude das menores despesas com marketing (72%).

O EBITDA consolidado foi positivo em R\$ 3.328 mil (negativo em R\$69.327mil em 2024). A variação em relação ao ano anterior deve-se principalmente ao aumento do lucro bruto já explicado acima e a redução de despesas.

Demonstrativo do EBITDA (Consolidado em R\$ mil)	2025	2024
Prejuízo do exercício	(6.687)	(77.238)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(261)	644
Resultado financeiro	1.710	(4.617)
Depreciação e amortização	8.566	11.884
EBITDA	3.328	(69.327)

O resultado financeiro líquido foi negativo em R\$1.710 mil 2025 (positivo em R\$4.617 mil em 2024) apresentando, assim, uma redução de 137% quando comparado ao ano anterior. Essa variação está ligada principalmente a redução das receitas financeiras.

Desta forma, observando o resultado líquido do exercício, o prejuízo para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$6.687 mil (prejuízo de R\$77.238 mil no ano anterior).

Perspectivas

O cenário macroeconômico brasileiro para o biênio 2026-2027 projeta um ciclo de estabilidade e crescimento moderado, com o PIB mantendo expansão estimada em 1,8% ao ano, conforme o Relatório Focus do Banco Central. Embora a política monetária ainda apresente taxas Selic em patamares restritivos no curto prazo, a convergência da inflação (IPCA) para a faixa de 3,97% em 2026 sinaliza uma ancoragem das expectativas. A manutenção do câmbio projetada em R\$ 5,50 oferece previsibilidade operacional para companhias com cadeias de suprimentos globais, favorecendo o planejamento de investimentos e a gestão de custos de insumos importados.

O mercado farmacêutico nacional mantém uma trajetória de crescimento superior à média da economia, com expectativa de faturamento ascendente para 2026, podendo superar os R\$ 220 bilhões. Esse desempenho é sustentado por fatores estruturais, como o envelhecimento populacional e o aumento dos gastos com saúde, que devem representar cerca de 9% do PIB nos próximos anos. Observa-se um fortalecimento contínuo do mercado institucional e de prescrição, com destaque para terapias voltadas a doenças crônicas e metabólicas, consolidando o setor como um dos mais resilientes e estratégicos do país



Para os próximos anos, a indústria de biotecnologia entra em uma fase de maturação impulsionada pelo fenômeno do "abismo de patentes" de medicamentos biológicos de alta complexidade. A estratégia de nacionalização da produção de biossimilares e a ampliação do Complexo Econômico-Industrial da Saúde são pilares que devem sustentar um crescimento médio anual de 8% a 10% até 2027. Nesse contexto, companhias com infraestrutura local de ponta e portfólio de biossimilares inovadores estão bem posicionadas para capturar ganhos de escala, reduzindo a dependência externa e atendendo à crescente demanda por tratamentos de alto valor agregado.

A Biommm está se consolidando como a empresa brasileira de biofármacos, trazendo soluções principalmente para doenças que atingem a população com mais idade, como segue:

Oncológicos

Segundo projeções do Instituto Nacional do Câncer (INCA), são estimados aproximadamente 781 mil novos casos de câncer no Brasil em 2026. Esse crescimento decorre, principalmente, do envelhecimento da população e da permanência de fatores de risco associados ao estilo de vida, como tabagismo, consumo de álcool, sedentarismo, obesidade e alimentação inadequada.

O aumento da incidência de câncer impulsiona a demanda por terapias oncológicas modernas e contínuas, elevando a relevância econômica e social desse mercado. A ampliação do acesso a tratamentos oncológicos representa um fator crítico para o sistema de saúde e para a qualidade de vida da população, além de configurar um mercado estruturalmente em expansão no país.

Diabetes

O diabetes mellitus configura-se como uma das principais condições crônicas de saúde pública no Brasil, com impacto direto sobre a morbidade, mortalidade e custos assistenciais. Estima-se que cerca de 20 milhões de brasileiros convivam com a doença, representando aproximadamente 10,5% da população, conforme dados da Federação Internacional de Diabetes (IDF).

Adicionalmente, o diabetes é uma das cinco classes terapêuticas mais pesquisadas pela indústria farmacêutica global e a única doença não infecciosa classificada como epidêmica pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Esse cenário reforça o caráter estrutural e de longo prazo da demanda por medicamentos para o controle da doença, além de evidenciar a relevância estratégica desse portfólio para o país, dada sua contribuição para a redução de complicações clínicas e custos sistêmicos ao sistema de saúde.

Anticoagulantes

Doenças tromboembólicas e distúrbios circulatórios figuram entre os principais desafios de saúde pública no Brasil, com impacto relevante sobre mortalidade, internações e afastamentos laborais. Levantamentos baseados em dados de auditoria de mercado da IQVIA e registros da Sociedade Brasileira de Angiologia e de Cirurgia Vascular (SBACV) indicam que esse segmento apresenta elevada dinâmica de crescimento, impulsionada pelo envelhecimento populacional, maior diagnóstico e ampliação do acesso ao tratamento.

A expansão do uso de anticoagulantes contribui diretamente para a redução de eventos graves, como trombose venosa profunda e embolia pulmonar, além de impactar positivamente os custos assistenciais de médio e longo prazo para o sistema de saúde.

Oftalmológicos

O mercado de medicamentos oftalmológicos é impulsionado pelo envelhecimento da população, pelo aumento da prevalência de doenças crônicas com repercussões oculares (como diabetes) e pela ampliação do acesso a diagnósticos. Condições como glaucoma, degeneração macular relacionada à idade e doenças inflamatórias oculares demandam tratamentos contínuos e de longo prazo, tornando esse segmento estratégico tanto do ponto de vista social quanto econômico. A ampliação do acesso a terapias oftalmológicas contribui diretamente para a preservação da visão, manutenção da capacidade produtiva da população e redução de impactos socioeconômicos associados à perda visual.



Osteoporose

A osteoporose representa um desafio crescente no contexto do envelhecimento populacional brasileiro, com impacto direto sobre a incidência de fraturas, hospitalizações e custos ao sistema de saúde. O aumento da longevidade tende a elevar a demanda por terapias preventivas e de tratamento da doença, ampliando a relevância do segmento de medicamentos para saúde óssea. Além do impacto clínico, a prevenção de fraturas contribui para a redução de custos indiretos relacionados à reabilitação, perda de autonomia e afastamento do trabalho, reforçando o caráter estratégico desse mercado para o país.

Riscos de Mercado

Entre os principais riscos de mercado mapeados pela Companhia destacam-se a desvalorização cambial do real frente ao dólar, que, associada a preços altamente competitivos, pressiona as margens dos medicamentos. Soma-se a esse desafio o risco logístico relacionado tanto à importação de matéria-prima (MP) quanto à distribuição do produto acabado. Esses fatores reforçam a importância de uma gestão financeira e operacional eficiente, bem como de estratégias de fortalecimento da cadeia logística, visando mitigar impactos sobre custos, margens e níveis de serviço ao mercado.

Governança Administrativa

A Diretoria executiva da Companhia é composta por 5 diretores: Diretor Presidente, Diretor Financeiro e RI, Diretor de Operações, Diretor Comercial, Diretor de Tecnologia.

O Conselho de Administração da Companhia é composto por 9 membros.

Os conselheiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 são: Cláudio Luiz Lottenberg (Presidente do Conselho), Walfrido Silvino dos Mares Guia Neto, Luiz Francisco Novelli Viana, Eduardo Augusto Buarque de Almeida, Ítalo Aurélio Gaetani, André Capistrano Emrich, Marcio Pochmann, Pedro Augusto Mesquita Prado e Laura Gomes Castanheira.

A Companhia mantém instalados comitês consultivos de apoio ao Conselho de Administração, sendo eles: o Comitê de Estratégia e Inovação, o Comitê de Auditoria, o Comitê de Pessoas, Remuneração e ESG e o Comitê de Finanças e M&A.

Modelo Negócio

A Biommm S.A. (“Biommm” ou “Companhia”) é uma companhia de biotecnologia.

A Companhia é uma sociedade anônima, que tem sua sede na Avenida Regent, 705, no município de Nova Lima, no Estado de Minas Gerais e possui ações negociadas na B3, Bovespa Mais, sob o código BIOM3.

O modelo de negócio da Biommm é único no mercado brasileiro, por ser a única empresa especializada e focada em biomedicamentos – seja na industrialização, comercialização, produção e mesmo no desenvolvimento de processos biotecnológicos. Com experiência comprovada nesses campos a Companhia consegue estabelecer parcerias com empresas internacionais simultaneamente lançando medicamentos e ampliando seu portfólio na área de biotecnologia, com especial interesse nas áreas de diabetes e oncologia, além de outros produtos biológicos.

Portfólio

A Companhia mantém um portfólio diversificado de produtos biotecnológicos e biossimilares, com presença relevante em diabetes, oncologia, anticoagulação, oftalmologia e doenças ósseas.

Em 31 de dezembro de 2025, a Biommm possuía produtos já comercializados que geram receita recorrente, além de um portfólio robusto em diferentes estágios regulatórios junto à ANVISA, com potencial de expansão de receita no curto, médio e longo prazo.

A carteira atual reforça a estratégia de crescimento sustentável da Companhia, com produtos de alto valor agregado em fase de registro, ampliando a exposição a mercados hospitalares e de especialidades, mitigando riscos por meio da diversificação terapêutica e geográfica de parceiros estratégicos.

Abaixo contém um resumo do Portfólio de Produtos e Status Regulatório



Medicamento	Linha Terapêutica	Parceiro Estratégico	Fase Atual
Glargilin® (Glargina)	Diabetes	Gan & Lee (China)	Comercializado
Wosulin® (NPH e Reg)	Diabetes	Wockhardt (Índia)	Comercializado
Asparte®	Diabetes	Gan & Lee (China)	Em registro
Degludeca®	Diabetes	Huisheng (China)	Submissão regulatória
Semaglutida	Diabetes	Biocon (Índia)	Desenvolvimento/registro
Liraglutida	Diabetes	Kexing (China)	Registro protocolado em 2025
Bevyx® (Bevacizumabe)	Oncologia	Bio-Thera (China)	Comercializado
Denosumabe	Oncologia	Qilu Pharma (China)	Parceria firmada (pré-registro)
Pegfilgrastim®	Oncologia	Lupin (Índia)	Recurso administrativo
Ghemaxan® (Enoxaparina)	Anticoagulantes	Chemi (Itália)	Comercializado
Ranibizumabe	Oftalmologia	Bioeq (Suíça)	Lançamento em 2026
Teriparatida	Doenças Ósseas	Enzene (Índia)	Licenciamento/registro

A Companhia concentra todos os seus esforços no atendimento dos requisitos legais para que os medicamentos do seu portfólio sejam aprovados para comercialização dentro do menor prazo possível.

Investimentos

Em 2025, a Biommm consolidou o avanço de sua plataforma biotecnológica, guiada por uma estratégia clara de eficiência operacional e expansão de mercado. Nossas alocações de capital concentraram-se em dois vetores críticos para a competitividade de longo prazo: a diversificação do portfólio e a transformação digital da nossa infraestrutura.

A implementação do SAP S/4HANA, com Go-Live projetado para 2026, representa um salto de maturidade na nossa gestão. Mais do que um ERP, estamos estabelecendo uma arquitetura de dados que garante rastreabilidade, otimização de custos e governança em tempo real. Este ecossistema tecnológico, somado à aquisição estratégica de novas licenças, prepara a Biommm para escalar sua operação com agilidade, atendendo à crescente complexidade logística e regulatória do setor com margens mais resilientes.

Em 2025, a Biommm consolidou o avanço de sua plataforma biotecnológica, focada em eficiência e expansão. Avançamos significativamente no desenvolvimento de novos produtos e registros de marcas; ativos que, embora hoje classificados como Intangíveis em Andamento, fortalecem o pipeline da Companhia. Cada aporte reflete rigorosos estudos de viabilidade técnica e comercial para atender áreas terapêuticas críticas no Brasil. A manutenção desses investimentos reafirma nossa confiança na aprovação regulatória e na robusta geração de caixa projetada para esses ativos.

Sob a nova liderança que assume em janeiro/2026, a Biommm inicia um ciclo de maturação desses investimentos. O objetivo central é claro: converter o capital investido em resultados operacionais sólidos, garantindo que a tecnologia de ponta e a robustez do nosso portfólio se traduzam em margens competitivas, liderança de mercado e valor sustentável para nossos acionistas.

A Biommm totalizou, no exercício de 2025, um investimento de R\$ 22,7 milhões em ativos imobilizados (19,2 milhões no exercício de 2024). Este investimento contemplou a modernização de softwares críticos, registros, desenvolvimento de produtos e máquinas e equipamentos. Trata-se de um investimento em eficiência operacional, garantindo que nossa base física esteja plenamente alinhada à sofisticação tecnológica exigida pelo setor biotecnológico.



Investimento em controladas e joint venture:

A Companhia possui duas controladas no exterior, sediadas na cidade de Road Town, Tortola, capital do território das Ilhas Virgens Britânicas, sendo: (i) Biomm International Inc., subsidiária que visa facilitar negociações internacionais e; (ii) Biomm Middle East Inc., que possui participação na joint venture Gabas Global Company for Biotechnology Ltd. sediada na Arábia Saudita.

Em 2025, não houve movimentações significativas em investimentos apenas o reconhecimento de ganho por equivalência patrimonial para as controladas no montante de R\$202 mil (ganho por equivalência de R\$250 mil em 2024). Não houve movimentações ou fatos novos na joint venture que levassem à reversão de impairment reconhecido no ano de 2016.

Gerenciamento de Capital

A Companhia administra seu capital com o objetivo de salvaguardar a continuidade operacional, cumprir seu cronograma de investimentos e executar seu plano de negócios, visando a expansão das atividades e a geração de valor aos acionistas. O monitoramento do capital é realizado primordialmente através de índices de alavancagem financeira, definidos pela relação entre a Dívida Líquida e o Capital Total (Patrimônio Líquido).

Durante os exercícios de 2025, a Companhia consolidou o fortalecimento de sua estrutura de capital através de importantes movimentos societários:

- Subscrição Residual (Mar/2025): Integralização de R\$ 1 mil referente a 51 ações a R\$ 21,35/ação.
- Aumento de Capital (Set/2025): Conclusão do aporte de R\$ 56.707 mil, com a emissão de 10.000.000 de novas ações ordinárias a R\$ 5,7/ação.

A capitalização realizada ao longo de 2025 foi estratégica para sustentar a fase de transição operacional da Companhia. Com o encerramento do exercício de 2025, o capital social integralizado totaliza R\$ 957.501 mil.

A robustez da estrutura de capital alcançada em 2025 fundamenta a expansão operacional projetada para 2026, período em que o faturamento oriundo em grande relevância pelos contratos de longo prazo assumirá papel central na geração de receita institucional. A Companhia prioriza a sustentabilidade financeira por meio de uma gestão rigorosa do ciclo financeiro, otimizando o fluxo de caixa através do controle estrito dos processos de compras, cronogramas de recebíveis e gestão de pagamentos. Essa disciplina operacional, somada à previsibilidade de fornecimento de insulinas ao SUS, assegura a liquidez necessária para a continuidade das atividades e a execução do plano de negócios reduz a necessidade de captações externas para o financiamento de suas atividades correntes e projetos de expansão.

Mercado de Capitais

As ações emitidas pela Biomm são negociadas na Bovespa Mais, segmento da B3 que tem como objetivo fomentar o crescimento de empresas via mercado de capitais, desde 2 de janeiro de 2014

Dividendos

Aos acionistas é assegurado o direito a dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado do exercício, apurado conforme a legislação societária vigente. Antes de qualquer distribuição, o lucro líquido do exercício será destinado, prioritariamente, à absorção do prejuízo acumulado existente no patrimônio líquido, observado o disposto no art. 200, § 1º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não apurou resultado positivo, razão pela qual não se operou a distribuição de dividendos aos acionistas.



Meio ambiente

A unidade fabril da Companhia em Nova Lima foi construída para atender todos os requisitos sócios ambientais bem como facilitar o gerenciamento de resíduos. A Companhia mantém todas as licenças ambientais atualizadas e válidas.

Relacionamento com Auditores

Em atendimento à Instrução CVM nº 162/2022 a Companhia informa que não contratou seus auditores independentes, KPMG Auditores Independentes Ltda., para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa.

A política da Companhia na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade dos serviços eventualmente prestados por auditores independentes não relacionados aos serviços de auditoria externa.

Nos termos da Instrução CVM 80/2022, a Administração, em reunião realizada em 25 de março de 2026, declara que discutiu, revisou e concordou com as informações expressas no relatório de auditoria dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

Em conformidade com o disposto na Resolução CVM nº 162/22, no exercício de 2025 foram contratados pelo Biomm S.A., serviços de auditoria independente no montante de R\$ 0,6 milhões.

BIOMM S.A.

Belo Horizonte, 25 de março de 2026.



Balanco patrimonial

(Em milhares de Reais)

Ativo	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	21.946	76.742	22.304	77.620
Aplicações financeiras	7	11.112	55.497	20.883	65.820
Contas a receber	8	108.838	22.949	108.838	22.949
Estoques	9	97.272	54.994	97.272	54.994
Impostos a recuperar		15.654	10.549	15.654	10.549
Adiantamento a fornecedor	10	15.620	8.887	15.620	8.887
Outros ativos		441	539	488	539
		270.883	230.157	281.059	241.358
Ativos não circulantes mantidos para venda		-	752	-	752
Total do ativo circulante		270.883	230.909	281.059	242.110
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Aplicações financeiras	7	14.738	9.302	14.738	9.302
Depósitos judiciais		1.231	883	1.231	883
Contas a receber partes relacionadas	17	2.951	3.321	-	-
Investimentos	11	1.022	916	-	-
Imobilizado	12	163.807	167.645	163.807	167.645
Intangível	13	62.448	44.653	63.395	45.719
Total do ativo não circulante		246.197	226.720	243.171	223.549
Total do ativo		517.080	457.629	524.230	465.659

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



Balanco patrimonial

(Em milhares de Reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	14	66.571	32.227	66.571	32.227
Empréstimos e financiamentos	16	45.693	44.503	45.693	44.503
Impostos a recolher		2.195	2.400	2.195	2.400
Salários e encargos sociais		9.788	8.118	9.788	8.118
Títulos a pagar	15	1.551	1.494	1.551	1.494
Outras contas a pagar		424	181	424	152
Total do passivo circulante		126.222	88.923	126.222	88.894
Não circulante					
Títulos a pagar	15	13.966	14.942	13.966	14.942
Empréstimos e financiamentos	16	50.911	76.880	50.911	76.880
Contas a pagar partes relacionadas	17	7.133	8.028	14.441	16.252
Tributos diferidos	20	722	983	722	983
Contingências	21	3.036	3.102	3.036	3.102
Outras contas a pagar		1.582	1.987	1.424	1.822
Total do passivo não circulante		77.350	105.922	84.500	113.981
Patrimônio líquido	23				
Capital social		957.501	900.000	957.501	900.000
Reserva de capital		15.749	15.749	15.749	15.749
Prejuízos acumulados		(660.329)	(653.642)	(660.329)	(653.642)
Ajustes acumulados de conversão		587	677	587	677
Total do patrimônio líquido		313.508	262.784	313.508	262.784
Total do passivo e patrimônio líquido		517.080	457.629	524.230	465.659

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras



Demonstração do Resultado do Exercício (DRE)

(Em milhares de Reais, exceto prejuízo por ação)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional líquida	24	269.299	142.905	269.299	142.905
Custos da mercadoria vendida	25	(184.327)	(125.022)	(184.327)	(125.022)
Lucro bruto		84.972	17.883	84.972	17.883
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	26	(31.509)	(39.980)	(31.509)	(39.980)
Despesas gerais e administrativas	26	(47.832)	(49.341)	(48.202)	(49.694)
Perda por redução ao valor recuperável do Contas a receber	26	(436)	(428)	(436)	(428)
Outras despesas e/ou receitas	26	(10.063)	(8.992)	(10.063)	(8.992)
Resultado de equivalência patrimonial	11	202	250	-	-
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		(4.666)	(80.608)	(5.238)	(81.211)
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	27	32.371	42.820	32.971	43.426
Despesas financeiras	27	(34.653)	(38.806)	(34.681)	(38.809)
Receitas (despesas) financeiras líquidas		(2.282)	4.014	(1.710)	4.617
Resultado antes dos impostos sobre o lucro		(6.948)	(76.594)	(6.948)	(76.594)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	261	(644)	261	(644)
Prejuízo do exercício		(6.687)	(77.238)	(6.687)	(77.238)
Prejuízo por ação (em R\$)					
Básico	28			(0,05)	(0,63)
Diluído	28			(0,05)	(0,63)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente (DRA)

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo do exercício	(6.687)	(77.238)	(6.687)	(77.238)
Outros resultados abrangentes líquidos não reclassificados para resultado em exercícios subsequentes:				
Ajuste de conversão de investida no exterior	(90)	70	(90)	70
Resultado abrangente total	(6.777)	(77.168)	(6.777)	(77.168)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstração da Muta  o do Patrim  nio L  quido (DMPL)

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reservas de capital	Prejuízos acumulados	Ajuste de avalia��o patrimonial	Total
Saldos em 1� de janeiro de 2024	682.988	15.749	(576.404)	607	122.940
Integraliza��o de capital	217.012	-	-	-	217.012
Prejuízo do exercício	-	-	(77.238)	-	(77.238)
Outros resultados abrangentes:					
Ajuste de conversão de investida no exterior	-	-	-	70	70
Saldos em 31 de dezembro de 2024	900.000	15.749	(653.642)	677	262.784
Integraliza��o de capital	57.501	-	-	-	57.501
Prejuízo do exercício	-	-	(6.687)	-	(6.687)
Outros resultados abrangentes:	-	-	-	-	-
Ajuste de conversão de investida no exterior	-	-	-	(90)	(90)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	957.501	15.749	(660.329)	587	313.508

As notas explicativas da administra  o s  o parte integrante das demonstra  es financeiras.

Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC)

(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
	Notas	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Prejuízo do exercício		(6.687)	(77.238)	(6.687)	(77.238)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício com o caixa líquido					
Baixa de imobilizado e intangível	12 e 13	306	1.334	306	1.334
Baixa de ativos mantidos para venda		752	-	752	-
Depreciação/amortização	12 e 13	8.566	11.884	8.566	11.884
Resultado de equivalência patrimonial	11	(202)	(250)	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	(261)	644	(261)	644
Juros provisionados	16	10.018	11.607	10.018	11.607
Receitas de aplicações financeiras e outras receitas financeiras		(8.488)	(17.119)	(9.081)	(17.938)
Variações cambiais não realizadas, líquidas		2.223	(788)	1.322	483
Constituição (reversão) de provisão para contingências	21	(66)	1.321	(66)	1.321
Provisões (reversões) para perdas	8 e 9	1.882	(65)	1.882	(65)
Incentivo de Longo Prazo	22	399	945	399	945
		8.442	(67.725)	7.150	(67.023)
Variação nos ativos e passivos operacionais:					
(Aumento) redução de contas a receber		(86.301)	(2.130)	(86.301)	(2.130)
(Aumento) redução de estoques		(43.480)	(11.073)	(43.480)	(11.073)
(Aumento) redução de outros ativos		(5.049)	(4.263)	(5.101)	(4.061)
Aumento (Redução) de fornecedores e títulos a pagar		33.662	3.069	33.662	3.069
Aumento (Redução) de salários e encargos		1.670	2.776	1.670	2.776
Aumento (Redução) de outros passivos		(10.256)	(907)	(10.223)	(1.106)
Caixa aplicado nas operações		(101.312)	(80.253)	(102.623)	(79.548)
Pagamentos de juros sobre empréstimos		(8.886)	(12.217)	(8.886)	(12.217)
Pagamentos de juros sobre arrendamentos		(152)	(80)	(152)	(80)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		(110.350)	(92.550)	(111.661)	(91.845)
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aquisição de imobilizado e intangível	12 e 13	(22.827)	(19.158)	(22.827)	(19.158)
Aplicações financeiras realizadas		(514.502)	(159.667)	(521.674)	(160.204)
Aplicações financeiras resgatadas		559.369	140.724	567.327	141.376
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento		22.040	(38.101)	22.826	(37.986)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Obtenção de empréstimos		12.505	11.672	12.505	11.672
Pagamento de empréstimos e financiamentos		(35.976)	(47.768)	(35.976)	(47.768)
Pagamento de arrendamentos		(516)	(42)	(516)	(42)
Aumento de capital		57.501	217.012	57.501	217.012
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		33.514	180.874	33.514	180.874
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa					
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		76.742	25.945	77.620	25.998
Variação cambial sobre caixa		-	574	5	579
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		21.946	76.742	22.304	77.620
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		(54.796)	50.223	(55.321)	51.043

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

(Em milhares de Reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receitas					
Receita de contrato com cliente		301.270	158.066	301.270	158.066
Receita relativa à construção de ativos próprios		3.780	5.412	3.780	5.412
Provisão para crédito de liquidação duvidosa – Reversão / (Constituição)		(436)	(5)	(436)	(5)
		304.614	163.473	304.614	163.473
Custos de revenda de mercadorias	25	(178.964)	(125.022)	(178.964)	(125.022)
Custo relativo a construções em andamento		(3.780)	(5.412)	(3.780)	(5.412)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(33.844)	(36.242)	(34.211)	(36.628)
Perda e recuperação de valores ativos	9	(6.190)	(488)	(6.190)	(488)
Insumos Adquiridos De Terceiros		(222.778)	(167.164)	(223.145)	(167.550)
Valor adicionado bruto		81.836	(3.691)	81.469	(4.077)
Depreciação e amortização	12 e 13	(8.566)	(11.884)	(8.566)	(11.884)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		(73.270)	(15.575)	(72.903)	(15.961)
Resultado de equivalência patrimonial	11	202	250	-	-
Receitas financeiras	27	32.371	42.820	32.971	43.426
Outros		(42)	(3.592)	(43)	(3.559)
Valor adicionado recebido em transferência		32.531	39.478	32.928	39.867
Valor adicionado líquido total a distribuir		105.801	23.903	105.831	23.906
Distribuição do valor adicionado:		105.801	23.903	105.831	23.906
Pessoal		33.630	34.013	33.630	34.013
Remuneração Direta		25.665	27.945	25.665	27.945
Benefícios		5.214	4.814	5.214	4.814
FGTS		1.489	1.704	1.489	1.704
Outros		1.262	-	1.262	-
Impostos, taxas e contribuições		40.986	25.482	40.986	25.482
Federais		9.014	9.098	9.014	9.098
Estaduais		31.119	15.198	31.119	15.198
Municipais		853	1.186	853	1.186
Remuneração de capitais de terceiros:		37.872	41.646	37.902	41.649
Despesas Financeiras		32.381	24.556	32.411	24.559
Aluguéis		3.530	1.722	3.530	1.722
Outras		1.961	15.368	1.961	15.368
Remuneração de capitais próprios		(6.687)	(77.238)	(6.687)	(77.238)
Prejuízo do exercício		(6.687)	(77.238)	(6.687)	(77.238)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



1. Contexto Operacional

a) Informações gerais

A Biomm S.A. (“Biomm” ou “Companhia”), fundada em 2001 a partir da cisão parcial da Biobrás S.A., é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede na Avenida Regent, 705, Nova Lima, Minas Gerais. A Companhia está listada no segmento Bovespa Mais da B3 S.A. sob o código BIOM3.

A Companhia é pioneira no setor de biotecnologia no Brasil, detendo patentes estratégicas (EUA, Canadá, Europa, Brasil e Índia) para a produção de insulinas via tecnologia de DNA recombinante. Seu objeto social compreende o desenvolvimento, fabricação e comercialização de biofármacos destinados ao tratamento de doenças crônicas, com foco em diabetes, oncologia, oftalmologia, doenças ósseas e anticoagulante.

b) Unidade Fabril e Certificações

A Companhia mantém em operação sua unidade industrial em Nova Lima (MG), complexo biotecnológico dedicado à produção de proteínas terapêuticas recombinantes. A planta opera com a certificação de Boas Práticas de Fabricação (BPF) emitida pela ANVISA, estando plenamente autorizada como local de fabricação para o produto biológico Glargilin®.

c) Modelo de Negócio e Parcerias Estratégicas

Atualmente, a Companhia mantém parcerias de exclusividade para o mercado brasileiro com empresas globais, incluindo:

- (a) Ásia: Gan&Lee, Bio-Thera, CanSinoBIO, Huisheng Biopharmaceutical, Kexing Biopharm (China); Wockhardt, Enzene, Lupin, Biocon (Índia); e Celltrion Healthcare (Coreia do Sul).
- (b) Europa: Chemo (Itália) e Bioeq (Suíça).

d) Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo (PDP)

A Companhia é agente ativo no programa de Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo (PDP) do Ministério da Saúde:

- **Insulina Humana (Regular e NPH):** Firmada entre a Biomm, a Funed e a Wockhardt essa PDP constitui um pilar para a autossuficiência do Complexo Econômico-Industrial da Saúde. Sob o modelo de cooperação, a Biomm atua como o braço tecnológico privado, responsável pelo fornecimento, futura fabricação nacional e suporte técnico, enquanto a Funed coordena a absorção da tecnologia para o ente público e a Wockhardt provê a tecnologia licenciada.
- **Insulina Glargina:** Essa é a Parceria para o Desenvolvimento Produtivo (PDP) entre a Biomm, a Bio-Manguinhos/Fiocruz e a Gan & Lee. A Biomm já realiza a produção nacional deste biomedicamento em sua planta industrial, cumprindo as etapas de envase e controle de qualidade. A parceria funciona por meio da transferência gradual de conhecimento da Gan & Lee para a Biomm e a Fiocruz.

Aprovação da emissão das Demonstrações financeiras

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 25 de março de 2026.



2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Contábeis Internacionais (“IFRS Accounting Standards”) emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07, Lei nº 11.941/09 e Lei nº 15.177/25, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas com base no custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros, tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. Os ativos mantidos para a venda são mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda.

a. Demonstração do valor adicionado

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – “Demonstração do Valor Adicionado”. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

b. Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Companhia e a moeda de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas é o Real (“BRL” ou “R\$”). As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais, exceto onde indicado de outra forma.

Consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

As controladas consolidadas em 31 de dezembro de 2025 são:

Empresas	% de participação no capital		Localização da sede
	2025	2024	
Biommm International Inc.	100	100	Ilhas Virgens Britânicas
Biommm Middle East Inc. (*)	100	100	Ilhas Virgens Britânicas

(*) As participações apresentadas representam o percentual detido pela Companhia indiretamente no capital da Controlada.

Em 29 de abril de 2003, foi constituída a empresa Biommm International Inc., com sede na cidade de Road Town, Tortola, capital do território das Ilhas Virgens Britânicas. A Biommm subscreveu a totalidade das ações da Biommm International Inc., contudo não houve integralização dessas ações, correspondentes a US\$50 mil, conforme permitido pela legislação daquele país.

A subsidiária integral da Biommm International Inc., Biommm Middle East Inc possui sede também na cidade de Road Town, nas Ilhas Virgens Britânicas. A Biommm Internacional Inc. subscreveu a totalidade das ações, correspondentes a US\$50 mil das novas empresas, conforme permitido pela legislação daquele país. A empresa foi constituída para facilitar a negociação dos contratos



internacionais. A Biomm Middle East Inc. está diretamente ligada ao projeto da Arábia Saudita.

3. Uso de estimativas e julgamentos

Na apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas respectivamente.

Julgamentos

a. Determinação do valor justo de instrumentos financeiros

A Companhia determina o valor justo de seus instrumentos financeiros considerando a natureza e a composição de sua carteira. Os depósitos bancários e as aplicações financeiras são avaliados ao valor justo, sendo que as aplicações em moeda nacional estão majoritariamente lastreadas em títulos de baixo risco de crédito e em títulos públicos federais, minimizando variações significativas em seu valor.

No caso de depósitos e aplicações financeiras em moeda estrangeira, o valor justo pode ser impactado por oscilações na taxa de câmbio, refletindo a exposição cambial da Companhia.

b. Redução ao valor recuperável de investimentos em controlada em conjunto

A sociedade joint venture Gabas Global, na Arábia Saudita, constituída em 2008 apresenta histórico de atrasos e diversos adiamentos na implantação do projeto somado às especificidades do ambiente regulatório, político e econômico saudita, que trazem incertezas em relação à sua efetividade.

Dessa forma, foi reconhecida uma perda ao valor realizável da totalidade desse investimento.

Estimativas e premissas

A Companhia aplicou de forma consistente as políticas contábeis materiais descritas abaixo a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, exceto nos casos de adoção de novas normas contábeis, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 5.

As estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se em experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas razoáveis de eventos futuros para as circunstâncias vigentes.

As principais premissas relativas ao futuro bem como outras fontes significativas de incerteza nas estimativas na data das demonstrações financeiras que apresentam risco material de causar ajustes relevantes nos valores contábeis de ativos e passivos no próximo exercício social estão descritas a seguir. A companhia fundamentou suas premissas e estimativas em parâmetros disponíveis à época da elaboração das demonstrações. Contudo, circunstâncias de mercado ou fatores fora do alcance do Grupo podem alterar as condições existentes e as expectativas de desenvolvimento futuro, sendo tais mudanças refletidas nas premissas quando ocorrerem.

a. Definição da vida útil e do valor residual dos bens do imobilizado e intangível

A definição da vida útil e do valor residual dos bens do imobilizado e intangível envolve o uso de avaliações relevantes por parte da Administração.

A Companhia estima a vida útil desses ativos como divulgado na Nota Explicativa nº 4(h) e 4(i). Contudo, a vida útil real pode ser diferente daquelas estimadas, a depender dos prazos para efetiva implantação de projetos.



b. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados. Divulgado na nota explicativa nº 20.

c. Provisão para contingências

Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências principais premissas sobre a probabilidade e magnitude de saídas de recursos. Divulgado na nota explicativa nº 21.

d. Provisão para redução ao valor realizável dos estoques

Calculada levando em consideração, principalmente, a data de vencimento dos produtos, o saldo destinado a desvios de qualidade e os saldos destinados ao controle de qualidade. Divulgado na nota explicativa nº 9.

e. Teste de redução ao valor recuperável ("Impairment")

Os saldos de imobilizado e de intangível, tem seu valor recuperado analisado, no mínimo anualmente. Divulgado nas notas explicativas nº 12 e 13.

f. Perdas esperadas do contas a receber

Mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média de perda. Divulgado na nota explicativa nº 8

4. Políticas contábeis materiais**a) Bases da Consolidação**

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas em conformidade com as políticas descritas na Nota Explicativa nº 3 e abrangem as demonstrações financeiras da controladora e das controladas sediadas no exterior, cujas demonstrações financeiras foram elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora e reconhecidas nas demonstrações financeiras individuais da Companhia pelo método da equivalência patrimonial.

Na consolidação foram eliminadas as participações da controladora nos patrimônios líquidos das controladas, bem como os saldos de ativos e passivos, receitas, custos, despesas e lucros não realizados, decorrentes de transações efetuadas entre as empresas.

As controladas diretas e indiretas da Companhia incluídas na consolidação e controlada em conjunto e suas principais informações financeiras estão relacionadas na Nota Explicativa nº 11 - Investimentos.

A demonstração do resultado reflete a participação da Companhia nos resultados operacionais da empresa controlada em conjunto. Eventual variação em outros resultados abrangentes da empresa controlada em conjunto é apresentada como parte de outros resultados abrangentes da Companhia. Adicionalmente, quando houver variação reconhecida diretamente no patrimônio da empresa controlada em conjunto, a Companhia reconhecerá sua participação em quaisquer variações, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

Quando uma empresa da Companhia realiza transações com sua controlada em conjunto, os lucros e prejuízos resultantes das transações são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas apenas na medida das participações nas controladas



em conjunto não relacionadas à Companhia. O investimento em coligada ou *joint venture* é inicialmente registrado ao seu custo de aquisição. O investimento é subsequentemente registrado pelo método de equivalência.

b) Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio na data da transação.

Ativos e passivos financeiros denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data das demonstrações financeiras.

Os ganhos e perdas cambiais resultantes da reconversão são geralmente reconhecidas na demonstração do resultado.

Itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio em vigor nas datas das transações iniciais.

Os ativos e passivos de operações no exterior são convertidos para real às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para real às taxas de câmbio média do período apurado.

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação de operações no exterior são reconhecidas em “Outros resultados abrangentes” e acumuladas em “Ajustes de avaliação patrimonial” no patrimônio líquido.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a obrigações de caixa de curto prazo. A Companhia considera equivalente de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor justo.

d) Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado).
- Mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio da Companhia para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

A Companhia classifica os seguintes ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:

- Investimentos em títulos de dívida que não se qualificam para mensuração ao custo amortizado.
- Investimentos patrimoniais mantidos para negociação; e investimentos patrimoniais para os quais a Companhia não optou por reconhecer ganhos e perdas por meio de outros resultados abrangentes.

Para ativos financeiros mensurados ao valor justo, os ganhos e perdas serão registrados no resultado ou em outros resultados abrangentes. Para investimentos em instrumentos de dívida, isso dependerá do modelo do negócio no qual o investimento é mantido. Para investimentos em instrumentos patrimoniais que não são mantidos para negociação, isso dependerá de a



Companhia ter feito ou não a opção irrevogável, no reconhecimento inicial, por contabilizar o investimento patrimonial ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A Companhia reclassifica os investimentos em títulos de dívida somente quando o modelo de negócios para gestão de tais ativos é alterado.

(ii) Reconhecimento e desconhecimento

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

(iii) Mensuração

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado.

Instrumentos de dívida

A mensuração subsequente de títulos de dívida depende do modelo de negócio da Companhia para gestão do ativo, além das características do fluxo de caixa do ativo. A Companhia classifica seus títulos de dívida de acordo com as duas categorias de mensuração a seguir:

- **Custo amortizado** - os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/(perdas) juntamente com os ganhos e perdas cambiais. As perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.
- **Valor justo por meio do resultado** - os ativos que não atendem os critérios de classificação de custo amortizado ou de valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Eventuais ganhos ou perdas em um investimento em título de dívida que seja subsequentemente mensurado ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado e apresentados líquidos em outros ganhos/(perdas), no período em que ocorrerem.

(iv) *Impairment*

A Companhia avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo IFRS 9/CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. As perdas esperadas dos recebíveis são calculadas com base na experiência real de perda de crédito. A Companhia realizou o cálculo das taxas de perda estimada utilizando o percentual de inadimplência histórico sobre o faturamento. A taxa de perda estimada foi aplicada sobre o montante total em contas a receber.



(v) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

(vi) Passivos financeiros

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação. Passivos financeiros mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

e) Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias no curso normal das atividades da Companhia. A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das provisões para perdas de créditos esperadas (PCE). Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

Para contas a receber de cliente, a Companhia aplica a abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas em cada data-base. A Companhia estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

f) Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de projeto, matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

g) Ativos não circulantes mantidos para venda

A Companhia classifica ativos mantidos para venda quando os valores contábeis forem recuperados principalmente por meio da venda, e não por meio do uso continuado. Esses ativos são mensurados ao valor contábil ou ao valor justo deduzido de custos de venda ou distribuição, dos dois o menor.

O ativo imobilizado e o ativo intangível não são depreciados ou amortizados quando classificados como mantidos para venda e são apresentados separadamente como itens circulantes no balanço patrimonial.



h) Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (*impairment*). Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

Terrenos e edificações compreendem, principalmente, fábrica e escritório. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado e é calculada com base no método linear ao longo das vidas úteis estimadas dos ativos, conforme a seguir apresentado:

- Edificações – 25 a 67 anos;
- Máquinas e equipamentos – 10 a 60 anos;
- Instalações – 10 a 17 anos;
- Terrenos - não são depreciados.

i) Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

Pesquisa e desenvolvimento

Gastos em atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os gastos de desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo forem tecnicamente e comercialmente viáveis, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos de desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos de desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

Os gastos com desenvolvimento envolvem custos incorridos com investimento em CMO (*Contract Manufacturing Organization*) conforme detalhes na Nota Explicativa nº 13.



Marcas registradas e licenças

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as marcas e licenças, avaliadas com vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas e das licenças durante sua vida útil estimada de 7,5 anos.

Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de até cinco anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada.

j) Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)).

Os ativos não financeiros, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

k) Provisões

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.



Provisão para perdas dos estoques

Uma provisão para perdas dos estoques é reconhecida quando existe incerteza quanto à realização destes saldos. São provisionados os produtos que estão próximos do vencimento e/ou avariados.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte em processos judiciais. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados externos e do departamento jurídico da Companhia. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

I) Imposto de renda e contribuição social

Impostos correntes

Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor na data em que o balanço foi apurado.

A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.



Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado em relação aos prejuízos fiscais e as diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra as quais serão utilizados.

- Impostos diferidos ativos são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos somente na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.
- Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.
- Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal, e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

m) Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante que se espera que será pago se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

Planos de contribuição definida

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados.

Benefícios de longo prazo

A Companhia possuía até 1º de fevereiro de 2022 um plano de pagamento baseado em ações, emitido em 2018, no qual executivos da Companhia adquirem direito, mediante o cumprimento de condições específicas, a títulos patrimoniais da Companhia (“transações liquidadas com títulos patrimoniais”). Com o evento de liquidez ocorrido em fevereiro de 2022 este plano foi extinto.

Em 29 de junho de 2023 a Companhia formalizou o Programa de Incentivo de Longo Prazo e Retenção da Companhia destinado aos diretores estatutários e colaboradores que sejam considerados profissionais-chave para a Companhia, que sejam indicados e aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia. O Plano é administrado pelo Conselho de Administração da Companhia, observadas as limitações constantes do Plano.

No âmbito do Plano, serão concedidos aos beneficiários outorgas de “Phantom Shares”, de forma gratuita aos beneficiários, sendo 30% destas ações vinculadas a condições de permanência na Companhia, e 70% relacionadas a performance de acordo com indicadores definidos e aprovados pelo Conselho de Administração.

O plano prevê a liquidação das “Phantom Shares” em caixa, na medida que sejam cumpridas as condições de *vesting*. Os valores a pagar aos beneficiários apresentados como outros passivos não circulante.



n) Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

o) Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida quando a Companhia satisfaz suas obrigações de performance ao transferir o controle dos produtos cliente, conforme estabelecido no CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente.

Venda de produtos

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do grupo.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma de suas atividades. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

Tipo de mercado	Natureza e época do cumprimento das obrigações	Política de reconhecimento da receita
Mercado Público (SUS)	Contratos de fornecimento contínuo de insulinas (humana e glargina) ao Ministério da Saúde, via PDP, ao longo do exercício. As entregas são programadas em lotes mensais/trimestrais, com aceitação formal. Faturamento ocorre no momento da saída da mercadoria e o pagamento após a entrega e validação dos produtos. Contratos possuem cláusulas de prorrogação automática e preços reajustados anualmente.	A receita é reconhecida ao longo do tempo, à medida que as entregas são realizadas e aceitas pelo cliente, refletindo o cumprimento das obrigações de performance. A mensuração ocorre com base no preço fábrica do produto, ajustado ao preço estabelecido em contrato por meio da aplicação de descontos incondicionais, multiplicado pelo volume efetivamente entregue, líquido de impostos e devoluções estimadas. O direito de recebimento é registrado em Contas a Receber de Clientes.
Mercado Privado	Vendas de insulina glargina (Glargilin®) e produtos de parceiros a distribuidores, farmácias, hospitais privados e operadoras de saúde. O controle dos produtos é transferido no momento da entrega física e aceitação nas instalações do cliente. Faturamento imediato. Para produtos de parceiros, a BIOMM pode atuar como distribuidora exclusiva.	A receita é reconhecida em um ponto específico no tempo, quando o controle dos produtos é transferido ao cliente, o que ocorre no momento da entrega e aceitação. A mensuração é realizada com base no preço fábrica do produto, ajustado ao preço estabelecido em contrato por meio da aplicação de descontos incondicionais, deduzidos de impostos e de devoluções estimadas com base em dados históricos.



Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizados e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro.

A receita de juros é incluída na rubrica “Receita financeira”, na demonstração do resultado.

p) Arrendamentos

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir ao arrendamento. No balanço patrimonial, o saldo de arrendamentos está apresentado no grupo de outras contas a pagar.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

q) Estimativa do valor justo

O valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; ou
 - Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo.
- O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia.



A Companhia mensura o valor justo de um ativo ou passivo observando os dados disponíveis no mercado tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;

Nível 2: *inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);

Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas pela Companhia para a mensuração dos valores justos estão incluídas na Nota Explicativa nº 29 - Instrumentos financeiros e gestão de riscos.

5. Novas normas e interpretações

Pronunciamentos emitidos, mas que não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2025

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

a) Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras (CPC51 /IFRS18) – Este pronunciamento, que substituirá o CPC 26, introduz uma reforma estrutural na Demonstração do Resultado (DRE) para melhorar a comunicação do desempenho financeiro. A norma proporciona ao leitor uma análise mais rígida e comparável ao classificar receitas e despesas em três categorias obrigatórias: operacional, investimento e financiamento. Além disso, a introdução do subtotal de "Lucro Operacional" e a exigência de conciliação de Medidas de Desempenho da Administração (MPMs) em nota explicativa reduzem a fragmentação das informações e oferecem uma visão padronizada da rentabilidade recorrente, eliminando ambiguidades no uso de indicadores não previstos nas normas contábeis.

A Companhia está avaliando os impactos da adoção do CPC 51, que corresponde ao IFRS 18, e entende que sua implementação poderá resultar principalmente em mudanças na estrutura de apresentação da Demonstração do Resultado e no nível de detalhamento das divulgações em notas explicativas, não sendo esperados, até o momento, impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras

b) Relatórios de Sustentabilidade (CBPS P1 e P2) - A adoção dos padrões brasileiros de sustentabilidade visa integrar informações financeiras e não financeiras, oferecendo ao leitor uma visão mais abrangente sobre o modelo de negócios da Companhia. O CBPS P1 estabelece requisitos gerais para a divulgação de riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade que podem afetar o fluxo de caixa, enquanto o CBPS P2 foca especificamente em divulgações relacionadas ao clima e transição energética. Essas normas proporcionam maior transparência sobre como fatores ambientais e sociais impactam o valor da entidade no curto, médio e longo prazo, permitindo uma avaliação de risco mais precisa por parte de investidores e credores. A Companhia está avaliando os impactos decorrentes da adoção desses pronunciamentos e entende que sua implementação poderá resultar principalmente no aumento do nível de detalhamento das divulgações relacionadas a riscos e oportunidades de sustentabilidade, bem como na necessidade de aprimoramento de processos internos de coleta, mensuração e reporte dessas informações. Até o momento, não são esperados impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras da Companhia.

c) Outras Normas Contábeis - Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo:

- Contratos de Hedge (CPC 40/CPC 48)



6. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixas e bancos em moeda nacional	6.828	5.152	6.828	5.152
Caixas e bancos em moedas estrangeiras	25	3	36	7
Aplicações financeiras	3.203	65.537	3.203	65.537
Aplicações financeiras - Time Deposit USD ¹	11.890	6.050	12.237	6.924
	21.946	76.742	22.304	77.620

Caixa e equivalentes de caixa compreendem os valores de caixa, certificados de depósitos bancários e aplicações financeiras com riscos insignificantes de alteração de valor. As aplicações em moeda nacional apresentam liquidez diária e apresentam rentabilidade média ponderada de 13,3 % a.a., sendo 93,1% do CDI (11,2 % a.a., sendo 96,4% do CDI em 31 de dezembro de 2024).

¹ As aplicações em moeda estrangeira tem rentabilidade aplicada aos juros simples apresentando média ponderada de 4,0% a.a. sem indexador.

7. Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
CDB Curto Prazo	11.112	48.729	11.114	48.729
CDB Longo Prazo	14.738	9.302	14.738	9.302
Aplicações financeiras - Time Deposit USD	-	6.768	9.769	17.091
	25.850	64.799	35.621	75.122
Circulante	11.112	55.497	20.883	65.820
Não circulante	14.738	9.302	14.738	9.302

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia aplicou os recursos na modalidade de certificados de depósitos bancários, emitidos por bancos de primeira linha e que apresentam baixos riscos de créditos. Essas aplicações apresentaram rentabilidade média ponderada nos últimos 12 meses de 14,0% a.a., sendo 98,1% do CDI em 31 de dezembro de 2025 (10,5% a.a., sendo 96,4% do CDI em 31 de dezembro de 2024) e as aplicações em moeda estrangeira tem rentabilidade aplicada aos juros simples apresentando média ponderada de 4,0% a.a sem indexador.

O saldo de aplicações financeiras abaixo foi utilizado para:

Garantia ao contrato de empréstimos na modalidade da Lei 4.131 junto ao Banco ABC, no montante de R\$9.770 (R\$10.323 em 31 de dezembro de 2024) no consolidado.

No montante de aplicações financeiras em CDB no curto e longo prazo, há saldo restrito que visa garantir fianças bancárias contratadas e cartas de crédito emitidas pela Companhia para fazer frente à importação de produtos.

Nesse sentido, houve as cessões de título de crédito (renda fixa) em decorrência das contratações de fianças bancárias e cartas de crédito de importação, no total de R\$14.738 em 31 de dezembro de 2025 (R\$18.366 em 31 de dezembro de 2024) que tem como objeto a garantia complementar de:



- (i) R\$9.370 em 31 de dezembro de 2025 (R\$8.015 em 31 de dezembro de 2024), ao contrato de financiamento junto à FINEP;
- (ii) R\$ 1.287 em 31 de dezembro de 2025 (R\$1.287 em 31 de dezembro de 2024), ao contrato de financiamento junto ao BNDES.
- (iii) R\$ 4.081 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 9.064 em 31 de dezembro de 2024), referente às cartas de crédito de importação junto ao BANCO DAYCOVAL (R\$ 1.635) e BANCO ABC (R\$ 1.726).

8. Contas a receber

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Clientes nacionais	109.473	23.148
Provisão para perda estimada	(635)	(199)
	108.838	22.949

Os saldos por vencimento do contas a receber é como segue:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
A vencer	108.326	22.626
Vencidas	1.147	522
	109.473	23.148

Vencidas		
De 1 a 30 dias	-	79
De 31 a 60 dias	749	-
De 61 a 180 dias	-	53
Acima de 181 dias	398	390



A movimentação das perdas estimadas é como segue:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	(199)	(622)
(Adições) reversão ao resultado	(436)	433
Reversão	-	(10)
Baixa efetiva (recebimento)	-	-
Saldo final	(635)	(199)

9. Estoques

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Mercadoria para revenda	5.583	3.802
Mercadoria para venda	12.154	3.143
Estoques em trânsito	33.231	12.977
Estoques em poder de terceiros	14.352	599
Produtos em elaboração	10.421	14.422
Matérias-primas	21.325	18.194
Outros estoques	2.140	2.345
Provisão para redução ao valor realizável	(1.934)	(488)
	97.272	54.994

A provisão para redução ao valor realizável líquido dos estoques é constituída com base na análise da data de vencimento dos produtos, eventuais desvios de qualidade e na estimativa do valor realizável líquido. Em 31 de dezembro de 2025, a provisão constituída totaliza R\$ 1.934 (R\$ 488 em 31 de dezembro de 2024).

A movimentação da provisão para redução ao valor realizável é como segue:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	(488)	-
Adições no resultado	(2.299)	(2.067)
Baixas no resultado	853	1.579
Saldo final	(1.934)	(488)



10. Adiantamento a fornecedor

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamento a fornecedor em moeda nacional	1.250	1.449
Adiantamento a fornecedor em moeda estrangeira	14.370	7.438
	15.620	8.887

O adiantamento a fornecedor em moeda estrangeira corresponde substancialmente a operação de importação de mercadoria e insumos para comercialização.

11. Investimentos

a) Composição

	Participação no capital social	Patrimônio líquido/ (Passivo a descoberto)		Investimentos		Resultado de equivalência	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Controlada direta:							
Biommm International Inc.	100%	1.022	916	1.022	916	214	170
Controladas indiretas:							
Biommm Middle East Inc.	100%	(158)	(164)	-	-	(12)	(26)
Biommm Russia Ltd.	100%	-	-	-	-	-	106
Controlada em conjunto:							
Gabas Global	15%	-	-	-	-	-	-
				1.022	916	202	250

No ano de 2016, foi realizado *impairment* na empresa Gabas Global no valor de R\$4.110, além da provisão do ajuste acumulado de conversão sobre este investimento no valor de R\$2.260. No exercício de 2025, a provisão foi mantida.

A Companhia decidiu encerrar as atividades de sua controlada Biommm Rússia, tendo em vista a inexistência de movimentação significativa de negócios e a análise estratégica das operações da mesma. A Biommm Rússia, que não apresentou movimento operacional nos últimos períodos, foi considerada não sustentável no contexto atual da Companhia, o que motivou a decisão de encerrar suas atividades.

O processo de descontinuação foi formalizado e concluído em dezembro de 2024, quando a controlada foi efetivamente desativada. A Companhia não vislumbrou perspectivas de recuperação operacional ou geração de valor para o grupo empresarial, o que levou à decisão de encerrar as atividades da subsidiária. A partir de dezembro de 2024, a controlada não mantém mais quaisquer operações ativas.



b) Movimentação

A movimentação dos investimentos é como segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	916	433
Resultado de equivalência patrimonial	202	250
Transferência passivo descoberto	(6)	163
Ajuste acumulado de conversão	(90)	70
Saldo final	1.022	916

c) Participações em investidas

Os saldos totais das contas patrimoniais e de resultado das sociedades controladas, diretamente e indiretamente, e controladas em conjunto, considerados nas informações contábeis consolidadas, podem ser assim sumarizados:

	Direta		Indireta		Indireta	
	Biommm International		Biommm Middle East		Biommm Rússia	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Balanco patrimonial						
Ativo circulante	10.176	11.202	-	-	-	-
Ativo não circulante	8.238	9.258	-	-	-	-
Passivo circulante	2.941	3.281	-	-	-	-
Passivo não circulante	14.451	16.263	164	-	-	-
Patrimônio líquido (Passivo a descoberto)	1.022	916	(164)	-	-	-
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Resultado						
Lucro/ Lucro (Prejuízo) no exercício	214	170	(11)	(26)	-	106



12. Imobilizado

Controladora e Consolidado					
		2025		2024	
	Taxa média de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos		13.851	-	13.851	13.851
Edificações	1,72%	60.781	(4.424)	56.357	57.326
Instalações	9,77%	16.059	(5.357)	10.702	11.502
Máquinas e equipamentos	4,80%	84.925	(10.949)	73.976	76.787
Equipamentos de proc. de dados	20%	4.264	(1.820)	2.444	1.920
Imobilizado em andamento	-	4.136	-	4.136	4.327
Direitos de uso	12,50%	984	(416)	568	459
Outros	14,17%	3.010	(1.237)	1.773	1.473
		188.010	(24.203)	163.807	167.645

A movimentação do ativo imobilizado é como segue:

Controladora e Consolidado						
	31/12/2024	Adições	Depreciação	Transferência	Baixas	31/12/2025
Terrenos	13.851	-	-	-	-	13.851
Edificações	57.326	-	(964)	(5)	-	56.357
Instalações	11.502	448	(1.416)	168	-	10.702
Máquinas e equipamentos	76.787	1.439	(4.057)	(219)	26	73.976
Equip. de proc. de dados	1.920	1.169	(654)	66	(57)	2.444
Imobilizado em andamento	4.327	3.780	-	(3.808)	(163)	4.136
Direitos de uso	459	522	(413)	-	-	568
Outros	1.473	602	(225)	36	(113)	1.773
	167.645	7.960	(7.729)	(3.762)	(307)	163.807



	Controladora e Consolidado				
	31/12/2023	Adições	Depreciação	Transferência	Baixas
Terrenos	13.851	-	-	-	-
Edificações	28.741	-	(767)	29.352	-
Instalações	3.577	307	(1.037)	8.655	-
Máquinas e equipamentos	16.429	2.310	(2.555)	62.140	(1.537)
Equip. de proc. de dados	653	1.636	(393)	1	23
Imobilizado em andamento	99.089	5.412	-	(100.174)	0
Direitos de uso	448	395	(384)	0	-
Outros	1.101	933	(376)	26	(211)
	163.889	10.993	(5.512)	-	(1.725)
					167.645

O saldo de imobilizado em andamento é composto, substancialmente, por investimentos destinados à expansão da capacidade produtiva, modernização de ativos e adequação da infraestrutura técnica. Em 31 de dezembro de 2025, o montante refere-se a: (i) aquisição de máquinas e equipamentos voltados ao desenvolvimento de novas linhas de produtos; (ii) benfeitorias e melhorias em maquinários e instalações já existentes; e (iii) ativos fixos em processo de montagem, instalação e comissionamento. Tais itens serão transferidos para as contas de imobilizado em operação e terão sua depreciação iniciada a partir do momento em que estiverem em condições de uso pretendidas pela administração.

Os direitos de uso da Companhia estão vinculados aos contratos de aluguel de estrutura física, totalizando um montante líquido de R\$568 (R\$459 em 31 de dezembro de 2024).

Em 31 de dezembro de 2025, ativos fixos no valor total de R\$157.330 compõem garantias a empréstimos bancários.

13. Intangível

	Taxa média de amortização	Controladora			
		2025			2024
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Testes e protótipos em andamento	-	27.103	-	27.103	27.103
Software	9,60%	4.609	(1.669)	2.940	3.305
Marcas e licenças	17,71%	14.254	(3.376)	10.878	8.032
Adiantamento para intangível	-	4.388	-	4.388	2.635
Intangível em andamento	-	17.139	-	17.139	3.578
		67.493	(5.045)	62.448	44.653



				Consolidado	
				2025	2024
	Taxa média de amortização	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Testes e protótipos em andamento	-	28.050	-	28.050	28.169
Software	9,60%	4.609	(1.669)	2.940	3.305
Marcas e licenças	17,71%	14.254	(3.376)	10.878	8.032
Adiantamento para intangível	-	4.388	-	4.388	2.635
Intangível em andamento	-	17.139	-	17.139	3.578
		68.440	(5.045)	63.395	45.719

A movimentação do intangível pode ser resumida como segue:

	31/12/2024	Adições	Amortização	Varição cambial	Transferência	31/12/2025
Testes e protótipos em andamento	27.103	-	-	-	-	27.103
Software	3.305	2	(381)	-	14	2.940
Marcas e licenças	8.032	3.604	(701)	-	(57)	10.878
Adiantamento para intangível	2.635	-	-	(276)	2.029	4.388
Intangível em andamento	3.578	11.785	-	-	1.776	17.139
	44.653	15.391	(1.082)	(276)	3.762	62.448

	31/12/2024	Adições	Amortização	Varição cambial	Transferência	31/12/2025
Testes e protótipos em andamento	28.169	-	-	(119)	-	28.050
Software	3.305	2	(381)	-	14	2.940
Marcas e licenças	8.032	3.604	(701)	-	(57)	10.878
Adiantamento para intangível	2.635	-	-	(276)	2.029	4.388
Intangível em andamento	3.578	11.785	-	-	1.776	17.139
	45.719	15.391	(1.082)	(395)	3.762	63.395

	31/12/2023	Adições	Amortização	Varição cambial	Transferência	31/12/2024
Testes e protótipos em andamento	27.103	-	-	-	-	27.103
Software	1.163	408	(329)	-	2.063	3.305
Marcas e licenças	10.041	4.034	(6.043)	-	0	8.032
Adiantamento para intangível	2.094	-	-	541	0	2.635
Intangível em andamento	1.857	3.784	-	-	(2.063)	3.578
	42.258	8.226	(6.372)	541	0	44.653



	31/12/2023	Adições	Amortização	Variação cambial	Transferência	31/12/2024
Testes e protótipos em andamento	27.937	-	-	232	-	28.169
Software	1.163	408	(329)	-	2.063	3.305
Marcas e licenças	10.041	4.034	(6.043)	-	0	8.032
Adiantamento para intangível	2.093	-	-	542	0	2.635
Intangível em andamento	1.857	3.784	-	-	(2.063)	3.578
	43.091	8.226	(6.372)	774	0	45.719

O saldo de intangível é composto pelos seguintes elementos:

- (i) Projetos de desenvolvimento: compreendem os investimentos em tecnologia e processos realizados via Contract Manufacturing Organization (CMO) e desenvolvimento interno, cujos testes clínicos e pré-clínicos foram concluídos com sucesso. A finalização destas etapas consolidou o domínio biotecnológico da Companhia, tornando-a plenamente apta à produção própria de insulina Glargina e ao escalonamento industrial de seu portfólio de biossimilares na unidade fabril de Nova Lima (MG);
- (ii) Marcas e licenças: compreendem os registros das marcas do portfólio Biommm e aquisição de direito de comercialização de produtos com exclusividade no mercado brasileiro; e
- (iii) Intangível em andamento: refere-se, substancialmente, aos investimentos no projeto de implantação do sistema de gestão SAP S/4HANA, além de gastos capitalizados com a obtenção de registros regulatórios e o desenvolvimento de novos produtos que atendem aos critérios de viabilidade técnica. Referidos ativos serão transferidos às contas definitivas e terão sua amortização iniciada assim que os sistemas entrarem em operação ou os produtos passarem a gerar benefícios econômicos para a Companhia.

14. Fornecedores

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores nacionais	14.984	14.061
Fornecedores estrangeiros	51.587	18.166
	66.571	32.227



15. Títulos a pagar

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Circulante	1.551	1.494
Não circulante	13.966	14.942
	15.517	16.436

O montante de títulos a pagar refere-se à aquisição, em outubro de 2016, de três lotes de terreno localizados na cidade de Jaboatão dos Guararapes (PE) e os direitos possessórios e aquisitivos do trecho de uma rua localizada entre esses lotes, além dos bens móveis, utilidades e edificações incorporados ao ativo da Companhia.

O saldo a pagar é corrigido pelo IPC-FIPE em bases anuais. Os títulos serão pagos em 10 parcelas anuais, sendo a última parcela com vencimento em 2035.

16. Empréstimos e financiamentos

Instituição financeira	Modalidade	Data da captação	Venc. Final	Valor captado	Juros anuais	31/12/2025	31/12/2024
BNDES	Emp. longo prazo – R\$	23/01/2014	2027	73.557	TLP + 3,39%	23.806	36.821
BDMG FINEM	Emp. longo prazo – R\$	23/09/2016	2027	26.103	TLP + 4,05%	8.713	13.475
BDMG FAPEMIG	Emp. longo prazo – R\$	23/01/2014	2027	30.000	5,32%	8.811	13.614
FINEP	Emp. longo prazo – R\$	14/03/2014	2027	54.129	TJLP	42.671	43.398
ABC	Emp. curto prazo – US\$	14/05/2024	2025	11.672	7,38%	-	14.728
ABC	Financ. curto prazo – US\$	14/05/2025	2026	12.505	7,6%	13.026	-
Custos de captação						(423)	(653)
				207.966		96.604	121.383
Empréstimos – circulante						45.693	44.503
Empréstimos – não circulante						50.911	76.880
						96.604	121.383



Movimentação dos empréstimos

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	121.383	153.600
Adição de principal	12.505	11.672
Amortização de principal	(36.792)	(47.410)
Encargos provisionados	9.788	11.444
Amortização de encargos	(8.886)	(12.217)
Amortização de custos de captação de empréstimos	230	222
Variação cambial	(1.624)	4.072
	96.604	121.383

Os montantes registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2025 têm seu vencimento para o ano de 2027.

Além das garantias reais e fidejussórias informadas anteriormente (Nota Explicativa nº 7 – Aplicações financeiras e Nota Explicativa nº 12 – Imobilizado), as operações de crédito são garantidas por recebíveis.

Covenants

A Companhia possui dois contratos de financiamento de longo prazo (BNDES e BDMG FINEM) que estabelecem a manutenção de determinados indicadores financeiros restritivos (“covenants”), incluindo índices financeiros e de liquidez apurados anualmente. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não atingiu o índice de Dívida Líquida/EBITDA previsto contratualmente. Contudo, esse não atingimento, não caracteriza quebra das cláusulas restritivas, uma vez que, nos termos contratuais, eventual descumprimento apenas se configura como evento de inadimplemento após a notificação formal do credor e decorrido o período de cura aplicável, durante o qual a Companhia poderá restabelecer os indicadores ou oferecer garantias/avais adicionais aceitos pelo credor, evitando o vencimento antecipado. Até a data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras, a Companhia não foi notificada pelo credor, não tendo sido iniciado o período de cura previsto contratualmente. Assim, não há, nesta data, evento que caracterize vencimento antecipado, tampouco existe direito incondicional do credor de exigir liquidação imediata, conforme os requisitos do CPC 26 (IAS 1). Dessa forma, os saldos dos financiamentos com o BNDES e o BDMG permanece classificados no passivo não circulante, observados seus respectivos cronogramas de amortização.



17. Partes relacionadas

- a) A seguir os saldos decorrentes das transações entre partes relacionadas com vencimentos indeterminados, em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024
Ativo		
Contas a receber partes relacionadas (i)	2.951	3.321
Passivo		
Contas a pagar partes relacionadas (ii)	7.133	8.028
	31/12/2025	31/12/2024
Resultado		
Variação cambial (iv)	525	(1.027)
	31/12/2025	31/12/2024
Passivo		
Contas a pagar partes relacionadas (iii)	14.441	16.252
	31/12/2025	31/12/2024
Resultado		
Variação cambial (iv)	1.811	(3.547)

- (i) Refere-se ao saldo a receber de sua controlada direta, Biomm International, referente a royalties sobre os direitos de tecnologia de produção de insulina. Esse saldo não possui a incidência de juros, é mantido em dólares norte-americanos e não possui provisões para perdas.
- (ii) O saldo a pagar à Biomm International refere-se a mútuo firmado entre as partes. Esse saldo não possui a incidência de juros e é mantido em dólares norte-americanos.
- (iii) Refere-se a saldo recebido, pela Biomm International, sobre contrato de transferência de tecnologia com Gabas Global, o qual tem previsão de liquidação mediante a conclusão das etapas de transferência de tecnologia.
- (iv) Efeito cambial dos saldos em aberto a pagar e a receber com as partes relacionadas reconhecidas no resultado financeiro da Companhia.

Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os conselheiros e diretores. A remuneração paga ao pessoal-chave da Administração está apresentada a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Salários e outros benefícios de curto prazo a empregados	9.236	9.150
Plano de pagamento baseado em ações	399	1.173
Outros benefícios de longo prazo	108	80
	9.743	10.403

Os benefícios de curto prazo a empregados e administradores contemplam honorários e encargos sociais aos diretores e comitê estratégico, assistência médica e outros benefícios não monetários, além de participação nos resultados aos diretores mediante o cumprimento das metas aprovadas pelo Conselho de Administração.

Os benefícios de longo prazo contemplam o plano de previdência privada dos diretores.

18. Plano de previdência privada

A Companhia oferece para seus colaboradores um Plano de Previdência Complementar do tipo PGBL – Plano Gerador de Benefícios Livres, de contribuição definida. As principais características deste plano são:

- (a) Fundo de contribuição definida: o participante terá ao final do plano o somatório dos recursos aportados pela Companhia e pelo participante e os rendimentos do plano ao longo do período de participação.
- (b) Contribuição normal da patrocinadora: a Companhia contribuirá em até 2,5% do salário nominal do participante, limitado à contribuição normal do participante.
- (c) A Companhia arcará com as taxas de administração do plano e com as despesas bancárias.
- (d) O benefício será concedido desde que observados os seguintes pré-requisitos: idade mínima de 60 anos; estar aposentado pela previdência oficial; tempo mínimo de contribuição ao plano de previdência privada de cinco anos.

No exercício de 2025, a Companhia incorreu em R\$333 (R\$261 em dezembro de 2024) com despesas de contribuição nos planos de pensão.



19. Cobertura de seguros

A Companhia mantém apólices de seguro contratadas com as principais seguradoras do país, as quais foram definidas por orientação de especialistas do segmento e levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria e, consequentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes.

As principais coberturas de seguro são:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Riscos nomeados	265.000	215.000
Responsabilidade civil conselheiros, administradores e diretores	50.000	50.000
Seguro de transportes (USD)	2.500	2.500

20. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são registrados com base na receita reconhecida e nos custos e despesas incorridos pelo regime de competência.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía saldo acumulado de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, no montante total de R\$ 670.731 (R\$ 669.211 em 31 de dezembro de 2024). Referido saldo compreende prejuízos fiscais gerados em exercícios anteriores e acumulados para compensação futura, não havendo registro contábil de ativo fiscal diferido em decorrência da inexistência de histórico de lucros tributáveis da Companhia.

a) O imposto de renda e a contribuição social diferidos apresentam a seguinte composição:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Diferenças temporárias	3.035	4.132
Compensação de prejuízo fiscal – limitada a 30% sobre o total de IR e CSLL	(911)	(1.240)
Total	2.125	2.892
Alíquotas vigentes (25% de IRPJ e 9% de CSLL)	34%	34%
Total do IRPJ e da CSLL diferidos – passivo líquido	722	983



b) Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo em 31 de dezembro	644	(340)
Prejuízo fiscal e base negativa realizados	(127)	(420)
Variação cambial tributada pelo regime de caixa	(723)	375
Saldo da Depreciação fiscal - Contábil	1.755	1.030
Saldo Final	261	644

c) Conciliação da receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social

A seguir a reconciliação dos montantes de imposto de renda e contribuição social:

	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo líquido antes do imposto de renda e contribuição social	(6.948)	(76.594)
Alíquota nominal (IR/CS)	34%	34%
	2.362	26.042
 Exclusões (adições) permanentes:		
Resultado de equivalência patrimonial	69	(130)
Doações e brindes	(56)	(118)
Outras adições e exclusões permanentes	182	397
Perda Estoques	(2.105)	(537)
Diferido não constituído	(4.822)	(37.568)
Compensação do prejuízo fiscal não constituída	4.631	11.270
Imposto de renda e contribuição social	261	(644)
 Taxa efetiva	10%	-2%

21. Contingências

A Companhia constituiu provisões para ações cuja expectativa de perda foi considerada provável e que existe uma obrigação presente na data do balanço.

	Controladora e Consolidado		
	Trabalhistas	Tributárias	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2025	3.102	-	3.102
Constituições	3.373	-	3.373
Reversões	(3.439)	-	(3.439)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	3.036	-	3.036

	Controladora e Consolidado		
	Trabalhistas	Tributárias	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2024	883	898	1.781
Constituições	3.888	23	3.911
Reversões	(1.669)	(921)	(2.590)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	3.102	-	3.102

Em 31 de dezembro de 2025, o valor total envolvido em processos trabalhistas com expectativa de perda provável, segundo avaliação da Companhia é de R\$ 3.036 (R\$3.102 em 31 de dezembro de 2024). A Companhia não possui, em 31 de dezembro, processos de natureza tributário e cível com expectativa de perda provável.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía ainda:

- i. processos judiciais de naturezas trabalhistas, que correspondem principalmente a pleitos de indenização por reclamações de horas extras, verbas rescisórias, verbas salariais, férias e comissões, cujo risco de perda foi classificado como possível, no montante de R\$ 785 (R\$1.808 em 31 de dezembro de 2024).
- ii. processos tributários administrativos, que correspondem a processos no âmbito da secretária do estado da fazenda de Minas Gerais, cujo risco de perda foi classificado como possível, no montante de R\$ 164.



22. Incentivo de Longo Prazo

Em 29 de junho de 2023, por meio da Assembleia Geral Ordinária, foi aprovado o Programa de Incentivo de Longo Prazo e Retenção da Companhia destinado aos diretores estatutários e colaboradores que sejam considerados profissionais-chave para a Companhia, que sejam indicados e aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia. O Plano é administrado pelo Conselho de Administração da Companhia, observadas as limitações constantes do Plano.

No âmbito do Plano, serão concedidos aos beneficiários outorgas de “Phantom Shares”, de forma gratuita aos beneficiários, sendo 30% destas ações vinculadas a condições de permanência na Companhia, e 70% relacionadas a performance de acordo com indicadores definidos e aprovados pelo Conselho de Administração.

O plano prevê a liquidação das “Phantom Shares” em caixa. Dessa forma, os valores a pagar aos beneficiários são reconhecidos como passivo e apresentados na rubrica de outros passivos não circulantes. O programa é contabilizado como benefício a empregados, em conformidade com o IAS 19, sendo a despesa reconhecida ao longo do período de aquisição de direito (vesting), com base nas condições estabelecidas no Plano.

As “Phantom Shares”, foram concedidas aos executivos elegíveis da Companhia, mediante “Contrato de Outorga de Phantom Shares”, sujeitas ao cumprimento das seguintes condições de *vesting*:

- “Phantom Shares” Retenção: Condição de Permanência na Companhia ao final de quatro anos a partir da data da concessão;
- “Phantom Shares” Performance: Cumprimento anual de indicadores de resultado determinados pelo Conselho de Administração, sendo apurado ao final do 4º ano a partir da concessão, com a possibilidade de compensação de atingimento de metas entre os 4 anos do plano.

Premissas	1ª outorga	2ª outorga	3ª outorga
Valor justo médio na data da outorga	5,69	6,38	9,69
Quantidade de “Phantom Shares” Retenção	162.325	126.968	112.177
Quantidade de “Phantom Shares” Performance	378.760	296.259	261.747
Valor justo em 31 de dezembro de 2025	7,65	7,65	7,65

Em 31 de dezembro de 2025, o impacto no resultado na linha de gasto com pessoal foi R\$399.

A Companhia não reconheceu benefícios de performance em favor da diretoria executiva no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, uma vez que, as metas corporativas não sido atingidas.



23. Patrimônio líquido

a) Capital social

A movimentação acionária e do capital social da Companhia nos últimos dois anos ocorreram por meio de homologação realizada em Reunião do Conselho de Administração através de emissão de novas ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal e está demonstrada a seguir:

Evento	Data de homologação	Quantidade de ações (*)	Capital social
Saldo em 31 de dezembro de 2024		126.841.481	900.000
Aumento de capital	26 de março de 2025	51	1
Aumento de capital	30 de junho de 2025	144.095	793
Aumento de capital	21 de agosto de 2025	9.855.905	56.707
Saldo em 31 de dezembro de 2025		136.841.532	957.501

(*) Número de ações ordinárias apresentados por números inteiros.

O capital total autorizado e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2025 é R\$957.501.

A Companhia homologou em 26 de março de 2025 aumento de capital de 51 (cinquenta e uma) ações e aumento de 1 (um) no valor do capital já em 30 de junho de 2025, teve aumento de capital no valor de R\$793 (setecentos e noventa e três) com a subscrição e total integralização de 144.095 (cento e quarenta e quatro mil e noventa e cinco) ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal. A companhia homologou a subscrição de aumento de capital privada com aumento de 9.855.905 (nove milhões oitocentos e cinquenta e cinco mil novecentos e cinco) ações ordinárias, totalizando um aumento de capital no valor de R\$ 56.707 (cinquenta e seis setecentos e sete). Assim, o capital social passou de R\$900.000 para 957.501 dividido em 136.841.532 (cento e trinta e seis milhões oitocentos e quarenta e um mil quinhentos e trinta e duas) ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal.

Em 31 de dezembro de 2025, os principais acionistas da Companhia eram: Fundo Cartago (25,86% das ações), BTG/LAB FIA (9,62% das ações), Grupo W. Mares Guia (8,01% das ações), Cedro Participações (8,00% das ações), o Grupo TMG/IBR (7,25% das ações), BNDESPAR (5,12% das ações), Grupo Gaetani (5,10% das ações). Os acionistas remanescentes somam 31,04% das ações.

b) Reserva de capital

O valor da reserva é decorrente da subscrição com ágio, ocorrida em 2009. Adicionalmente, a reserva inclui os montantes relacionados ao plano de pagamento baseado em ações da Companhia.

c) Reserva de incentivos fiscais

A reserva de incentivos fiscais é constituída na proporção de incentivos obtidos em suas operações. Até 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui R\$11.317 de reserva de incentivos fiscais (R\$ 11.317 em 31 de dezembro de 2024), que, apenas para fins de apresentação, foi absorvida pelo prejuízo acumulado nos termos do Art 189 da Lei 6.404/76.



d) Dividendos

Aos acionistas é garantido um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado do exercício, calculado nos termos da legislação societária.

24. Receitas líquidas

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Vendas brutas de produtos	681.352	585.491
Impostos sobre vendas	(31.971)	(15.161)
Descontos sobre vendas	(371.608)	(423.709)
Devoluções de vendas	(8.474)	(3.716)
Receita líquida	269.299	142.905

25. Custos por natureza

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Aquisição de medicamentos para revenda	101.232	115.731
Matéria prima	36.022	2.917
Mat. embalagem prod.	16.148	1.308
Depreciação	5.364	2.996
Mão de Obra	11.246	911
Utilidades	5.638	457
Gastos gerais de fábrica	8.677	703
	184.327	125.022



26. Despesas gerais, administrativas e outras despesas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Despesas com marketing, propaganda e eventos	(3.544)	(12.520)	(3.544)	(12.520)
Gasto com pessoal	(41.088)	(41.009)	(41.088)	(41.009)
Depreciação e amortização	(3.203)	(8.888)	(3.203)	(8.888)
Serviços de terceiros	(21.814)	(16.720)	(22.184)	(17.073)
Gastos de infraestrutura	(5.193)	(5.704)	(5.193)	(5.704)
Gastos com manutenção	(109)	(699)	(109)	(699)
Despesas com viagens	(4.092)	(3.420)	(4.092)	(3.420)
Impostos, contribuições e taxas	(3.541)	(3.394)	(3.541)	(3.394)
Outras despesas	(7.256)	(6.387)	(7.256)	(6.387)
	(89.840)	(98.741)	(90.210)	(99.094)
Despesas com vendas	(31.509)	(39.980)	(31.509)	(39.980)
Despesas gerais e administrativas	(47.832)	(49.341)	(48.202)	(49.694)
Perdas ao valor recuperável do contas a receber	(436)	(428)	(436)	(428)
Outras despesas	(10.063)	(8.992)	(10.063)	(8.992)
Total	(89.840)	(98.741)	(90.210)	(99.094)

27. Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras:				
Juros de aplicações financeiras	10.150	18.284	10.686	18.827
Descontos financeiros obtidos	1.453	368	1.473	368
Variação cambial	20.768	24.168	20.812	24.231
	32.371	42.820	32.971	43.426
Despesas financeiras:				
Juros sobre empréstimos	(10.018)	(11.607)	(10.018)	(11.607)
Juros passivos	(953)	475	(952)	475
Tarifas bancárias e IOF	(2.162)	(1.743)	(2.161)	(1.741)
Variação cambial	(21.520)	(25.931)	(21.550)	(25.936)
	(34.653)	(38.806)	(34.681)	(38.809)
Total	(2.282)	4.014	(1.710)	4.617



28. Prejuízo por ação

a) Básico

O lucro/prejuízo básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício.

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro/Prejuízo do exercício	(6.687)	(77.238)
Quantidade média ponderada de ações emitidas - ordinárias (milhares)	129.398	121.745
Prejuízo básico por ação - R\$	(0,05)	(0,63)

b) Diluído

O lucro/prejuízo diluído por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício somado as opções de ações outorgadas aos beneficiários do plano de opções.

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro/Prejuízo do exercício	(6.687)	(77.238)
Quantidade média ponderada de ações emitidas - ordinárias (milhares)	129.887	122.234
Prejuízo básico por ação - R\$	(0,05)	(0,63)

29. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

a) Fatores de Risco Financeiro

A Companhia é afetada pela conjuntura econômica brasileira, expondo-a a riscos de mercado como, taxa de câmbio, taxa de juros e risco de crédito (risco de liquidez). A gestão de risco financeiro da Companhia se concentra em minimizar potenciais efeitos adversos de mercado.

A Companhia não utilizou instrumentos derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

b) Risco de Mercado

Risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os principais riscos de mercado que afetam a Companhia são: risco cambial e taxa de juros.

(i) Risco cambial

A exposição cambial da Companhia implica riscos de mercado associados às oscilações cambiais do real em relação principalmente ao dólar norte-americano e ao euro. Os compromissos futuros da Companhia em moeda estrangeira incluem pagamentos a fornecedores estrangeiros e partes relacionadas.

No caso de desvalorização do real em relação às moedas estrangeiras, nas quais os compromissos estão atrelados, a Companhia



poderá incorrer em acréscimo no valor em reais desses compromissos.

A administração da exposição cambial da Companhia considera diversos fatores econômicos atuais e projetados, além das condições de mercado.

Em 31 de dezembro de 2025, uma parte dos compromissos financeiros (fornecedores, empréstimos e partes relacionadas) da Companhia, já contratados, está atrelada ao dólar e euro totalizando nesta data US\$7.955 e EUR176. Os valores correspondentes em reais eram de R\$43.778 e R\$1.137 respectivamente, utilizando a taxa de câmbio de fechamento em 31 de dezembro 2025 de R\$5,50 e (reais por unidade de dólar) e R\$6,47 (reais por unidade de euro).

	Consolidado			
	31/12/2025		31/12/2024	
	Moeda estrangeira	Reais	Moeda estrangeira	Reais
Em dólares norte-americanos				
Caixa e equivalente de caixa disponível no exterior	6	36	1	6
Depósitos bancários e aplicações financeiras	4.000	22.007	3.878	24.016
Adiantamento a fornecedor	2.401	13.213	1.410	8.728
Fornecedor	(9.371)	(51.565)	(2.332)	(14.438)
Empréstimos	(2.367)	(13.026)	(2.378)	(14.728)
Partes relacionadas	(2.624)	(14.441)	(2.625)	(16.252)
Caixa líquido em dólares norte-americanos	(7.955)	(43.776)	(2.046)	(12.668)
Em euros				
Caixa disponível no exterior	0	-	0	2
Adiantamento a fornecedores	179	1.157	98	632
Fornecedor	(3)	(22)	271	1.742
Caixa líquido em euros	176	1.135	369	2.376

Considerando eventuais exposições cambiais, o cenário I abaixo apresenta o efeito no resultado para os próximos 12 meses considerando a projeção do Dólar e Euro.

Com todas as outras variáveis mantidas constantes estão demonstradas no cenário II e no cenário III os impactos, para os próximos 12 meses, de uma possível valorização do real para saldos ativos e desvalorização do real para saldos passivos em 25% e 50%, respectivamente.



	Consolidado		
	Cenário I	Cenário II	Cenário III
	(Provável)	25%	50%
Exposição cambial líquida em 31 de dezembro de 2025 em US\$ - Análise exposição para os próximos 12 meses	(2.367)	(2.367)	(2.367)
Taxa em US\$ em 31/12/2025	5,5024	5,5024	5,5024
Taxa cambial estimada conforme cenários	5,5000	6,8750	8,2500
Diferenças entre taxas	(0,0024)	1,3726	2,7476
Impacto em reais	6	(3.249)	(6.504)
Exposição cambial líquida em 31 de dezembro de 2025 em € - Análise exposição para os próximos 12 meses	176	176	176
Taxa em € em 31/12/2025	6,4692	6,4692	6,4692
Taxa cambial estimada conforme cenários	6,4350	8,0438	9,6525
Diferenças entre taxas	(0,0342)	(1,5746)	(3,1833)
Impacto em reais	(6)	276	559

- (a) Para os cenários em 31 de dezembro de 2025 em US\$ e €, foram consideradas, respectivamente, as taxas estimadas pelo Relatório Focus do dia 23 de janeiro de 2026 e Bloomberg.
- (b) Considerou cenários de exposição líquida passiva. Para o Dólar (USD), foi projetado um cenário de desvalorização do real, enquanto para o Euro (EUR) considerou-se a valorização da moeda nacional, refletindo a posição líquida negativa da Companhia nestas moedas em 31 de dezembro de 2025.

(ii) Risco de taxa de juros

Risco de taxa de juros é o risco do valor justo dos fluxos de caixa ou instrumentos financeiros flutuem pelas variações das taxas de juros de mercado.

A dívida financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025 é pós-fixada, vinculada à TJLP para o contrato junto a FINEP e TLP para os contratos juntos ao BDMG e BNDES. Em relação a FAPEMIG, a dívida financeira é pré-fixada. Uma vez que o histórico de variação da TJLP não é significativo, a Administração da Companhia entende que a exposição a esta taxa de juros ainda não é relevante. Para os passivos atrelados a TLP, a exposição está atrelada a variabilidade do IPCA, A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a eventuais possíveis variações na taxa de juros, sobre a parcela de empréstimos e financiamentos afetada pelo IPCA e IPC:

Indicadores	Exposição 31/12/2025	Cenário I	Cenário II
Empréstimos atrelados ao IPCA	93.694	25%	50%
Títulos a pagar atrelados ao IPC	15.517	25%	50%
Juros sobre empréstimos		(9.124)	(9.570)
Juros sobre os títulos a pagar		(775)	(934)

A Companhia apresenta aplicações financeiras locais atreladas a juros pós-fixados, no caso o CDI.



Dentre as aplicações financeiras da Companhia, em 31 de dezembro de 2025, um total de R\$3.203 estava aplicado em operações de renda fixa, incluindo CDB, com liquidez diária em bancos de primeira linha, e, portanto, classificado como equivalente de caixa. Além disso, a Companhia mantém aplicações em longo prazo no valor de R\$25.852 referente a fianças bancárias em benefício a garantias junto à FAPEMIG, FINEP, BDMG, FINEM, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 7.

Modalidade – ONSHORE	Saldo líquido	
	31/12/2025	31/12/2024
Fundo de investimentos em renda fixa	-	-
CDB – CP – moeda nacional	14.317	114.267
CDB – LP – moeda nacional	14.738	9.302
Total	29.055	123.569

Os fundos poderão alocar seus recursos em títulos públicos federais, títulos privados (CDBs, debêntures, Commercial Papers, CCBs e FIDCs) com certificação por agência de classificação de risco localizada no país, outros fundos de investimentos, e poderão adotar estratégias de gestão ativa em títulos privados que possuem maior expectativa de retorno, devido ao maior risco de crédito envolvido.

A seguir é apresentado o quadro do demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, a fim de demonstrar o saldo do ativo financeiro, calculados à uma taxa projetada, considerando um cenário provável (Cenário I), com a desvalorização de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III).

Indicadores	Exposição 31/12/2025	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Aplicações Financeiras				
Selic	29.055	15,00%	11,25%	7,50%
Receita financeira a incorrer		4.358	3.269	2.179

(*) Fonte dos índices: Relatório Focus – BACEN de 23 de janeiro de 2026.

A análise de sensibilidade buscou como o indexador a SELIC, visto ser o indexador que mais se aproxima em relação às modalidades aplicadas pela Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Além disso, essa análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre os referidos instrumentos financeiros da Companhia, considerando-se todos os demais indicadores de mercado constantes. Tais valores, quando de sua liquidação, poderão ser diferentes dos demonstrados devido às estimativas utilizadas no seu processo de elaboração.

c) Risco de crédito e liquidez

(i) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras e saldos com partes relacionadas. A Companhia aplica seus recursos junto a instituições financeiras avaliadas como primeira linha, classificadas majoritariamente entre as categorias BBB+ a AAA mediante autorização da diretoria financeira.

A Companhia aplica a abordagem simplificada da IFRS9/CPC48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas considerando uma provisão para perdas esperadas ao longo da vida útil para todas as contas a receber de clientes. A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores

Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites



determinados pela Companhia. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil dos títulos classificados como equivalentes de caixa, aplicação financeira, depósitos em bancos, contas a receber e instituições financeiras e saldos com partes relacionadas na data do balanço.

(ii) Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos de liquidez para assegurar que a Companhia disponha de caixa suficiente para atender às suas despesas e investimentos, bem como o pagamento das dívidas.

Os recursos mantidos pela Companhia são investidos em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A Administração da Companhia é responsável pelo gerenciamento de riscos de liquidez visando assegurar o cumprimento de suas obrigações. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo as linhas de empréstimos informados na Nota Explicativa nº 15 e através de chamadas de capital privado realizadas nos últimos anos, e monitora constantemente os fluxos de caixa previstos.

Consolidado	Consolidado				
	Valor contábil em 2025	Fluxo Contratual	Até 1 ano	Entre 1 a 3 anos	Maior que 3 anos
Fornecedores	66.571	66.571	66.571	-	-
Títulos a pagar	15.517	18.193	18.193	3.323	13.290
Partes relacionadas	14.441	14.441	-	-	14.441
Empréstimos	96.604	105.351	66.663	38.688	0
Passivo de arrendamentos	579	717	506	211	0
Total	193.712	205.273	135.320	42.222	27.731

Conforme divulgado na nota explicativa nº 16 a Companhia tem empréstimo bancário com garantia que contém cláusula contratual restritiva (covenant). O não cumprimento futuro desta cláusula contratual restritiva pode exigir que a Companhia apresente garantia adicional ou pague o empréstimo antes da data indicada na tabela acima. A cláusula contratual restritiva é monitorada regularmente pela tesouraria e reportada periodicamente para a Administração para garantir que o contrato esteja sendo cumprido.

Os pagamentos de juros sobre empréstimos a uma taxa de juros pós-fixada e os títulos de dívida incluídos na tabela acima refletem as taxas de juros de mercado na data do balanço e estes montantes podem mudar na medida em que as taxas de juros pós-fixadas mudem. Não é esperado que os demais fluxos de caixa incluídos na análise acima possam ocorrer significativamente mais cedo, ou em valores significativamente diferentes.



(i) Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos de disponibilidades, registrados pelo valor contábil, estejam próximas de seus valores justos, devido a rotatividade de sua utilização. Partes relacionadas, fornecedores, adiantamento a fornecedores e títulos a pagar são mensurados ao custo amortizado, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais.

	2025	
	Controladora e Consolidado	
	Valor contábil	Valor justo
Passivo		
Empréstimos e financiamentos	96.604	94.153

d) Hierarquia do valor justo

Os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo são apresentados conforme tabela abaixo:

	2025					
	Controladora			Consolidado		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativo						
Aplicações financeiras	25.850	-	-	35.621	-	-

	2024					
	Controladora			Consolidado		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativo						
Aplicações financeiras	136.386	-	-	147.583	-	-

30. Transações que não envolvem caixa ou equivalente de caixa

A Companhia realizou as seguintes atividades, operacionais, de investimento não envolvendo caixa, portanto, essas não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	31/12/2025	31/12/2024
Juros capitalizados no imobilizado	-	59
Compensação de impostos a pagar com a recuperar	9.501	1.912
Baixa Imobilizado com contra partida em fornecedores	-	390
Adições e remensurações em direito de uso	522	-
	10.023	2.361

* * *

Conselho de Administração

Cláudio Luiz Lottenberg
Walfrido Silvino dos Mares Guia Neto
Luiz Francisco Novelli Viana
Eduardo Augusto Buarque de Almeida
Ítalo Aurélio Gaetani
Márcio Pochmann
André Capistrano Emrich
Pedro Augusto Mesquita Prado
Laura Gomes Castanheira

Diretoria

Guilherme Maradei
Francisco Carlos Marques de Freitas
Francisco Rafael Costa Junior
Luciano da Silva Machado
Marcelo Safádi Alvares

Responsáveis Técnicos

Bernardo Vimieiro Romani
Contador CRC: MG-106313/O-6
Controller

Nayara Rodrigues de Souza Cruz
CRC: MG -118096-O-5
Contadora



Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 27 DA INSTRUÇÃO CVM nº 80/22

Declaramos, na qualidade de diretores da Biomm S.A., sociedade por ações com sede na cidade Nova Lima, Estado de Minas Gerais, na Avenida Regent, nº 705, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.752.991/0001-10 ("Companhia"), nos termos do inciso VI do parágrafo 1º do artigo 27 da Instrução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, que revimos, discutimos e concordamos com as informações financeiras da Companhia para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Nova Lima, 25 de março de 2026.

Guilherme Maradei
Diretor Presidente

Marcelo Sáfadi Alvares
Diretor Financeiro & de Relações com Investidores

Francisco Carlos Marques Freitas
Diretor de Tecnologia

Francisco Rafael Costa Junior
Diretor Comercial

Luciano da Silva Machado
Diretor de Operações